



FVPP

A História do Movimento pelo
Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

Presidência da República

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Marina Silva

Secretaria de Coordenação da Amazônia

Secretária: Muriel Saragoussi

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Gilney Viana

Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável

Diretor: Jorg Zimmermann

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais

Coordenadora: Nazaré Soares

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

F981 FVPP — A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/
PDA/PPG7 — Brasília: MMA, 2006.
64 p. : il. color. ; 28cm. (Série Sistematização, VII)

ISBN 85-7738-034-3

I. Transamazônica. 3. Xingu. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de
Desenvolvimento Sustentado — SDS. III. Subprograma Projetos Demonstrativos — PDA.
IV. Fundação Viver, Produzir e Preservar — FVPP. V. Título. VI. Série.

CDU (2.ed.)316.35(811)



EXPEDIENTE

Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA

Secretário Técnico: Jorg Zimmermann.

Secretária Técnica Adjunta: Anna Cecília Cortines.

Equipe Técnica: Demóstenes Moraes, Elmar Andrade de Castro, Isis Lustosa, Klinton Senra, Maurício Barbosa Muniz, Odair Scatolini, Rodrigo Noletto, Silvana Bastos e Zará Brum. Estagiárias Rafaela Silva de Carvalho e Yandra Fontes Bastos.

Equipe Financeira: Cláudia Alves e Nilson Nogueira.

Equipe Administrativa: Eduardo Ganzer, Francisca Kalidaza, Mariza Gontijo Esteves e Neide Castro.

Cooperação Técnica Alemã - GTZ:

Margot Gaebler e Monika Grossmann.

Cooperação Financeira:

República Federal da Alemanha - KfW, União Europeia - CEC, Rain Forest Trust Fund - RFT, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial - FFEM.

Cooperação Técnica:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Projeto BRA/03/009. Agência Alemã de Cooperação Técnica, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ).

Agente Financeiro: Banco do Brasil

Fundação Viver, Produzir, Preservar:

Coordenação Geral: Luzia Aparecida Pinheiro
Secretaria Executiva: Márcia Nascimento Castro
Direção Financeira: Ivaide Rodrigues dos Santos

Equipe de sistematização da FVPP:

Edivânia Maria Gourete Duarte e Luzia Aparecida Pinheiro

Equipe de sistematização do MMA:

Anna Cecília Cortines, Célia Chaves, Gilberto Nagata, Mara Vanessa F. Dutra (PDA); Denise Lima (GTZ/PDA); Alice Guimarães (AMA/Programa Piloto)

Elaboração do primeiro texto:

Edivânia Maria Gourete Duarte e Luzia Aparecida Pinheiro

Elaboração do segundo texto e edição:

Denise Lima e Luzia Aparecida Pinheiro. Ana Paula Santos Souza colaborou em Descobrimos o Valor da Floresta: Uma Experiência Interessante

Consultoras:

Elza Falkembach (Universidade de Ijuí), Ladjane Ramos e Maristela Bernardo.

Revisão ortográfica e gramatical:

Sandra Regina de Sena

Projeto Gráfico e Capa:

Masanori Ohashy (Idade da Pedra Produções Gráficas)

Fotos:

Acervo FVPP

Esta publicação foi realizada com a colaboração da Cooperação Técnica Alemã - GTZ

Apresentação

Apresentamos, por meio desta série, algumas histórias que falam de saberes, de vidas, de gente construindo formas mais sustentáveis de convivência com o meio ambiente. Essas histórias contam com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente.

Ao longo de seus dez anos de vida, o PDA apoiou e apoiou cerca de 320 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica. A história do PDA – as histórias dos projetos apoiados pelo Subprograma – tem demonstrado que há um acúmulo de conhecimento sendo gerado pelas comunidades e organizações de produtores familiares, criando e testando novas tecnologias e sistemas de produção sustentável. Há um saudável diálogo entre conhecimento tradicional e novas informações, apontando perspectivas viáveis que, em alguns casos, já saem do limite do “demonstrativo” e passam a fazer parte de políticas públicas locais e regionais. Importante lembrar que, o que para o poder público é valorizado por seu potencial demonstrativo, para os produtores e comunidades envolvidos é a vida real – sua vida, sua sobrevivência.

As histórias desta série são narradas pelos próprios grupos envolvidos nos projetos apoiados pelo PDA. As narrativas são resultado de um processo de sistematização de experiências, cujo desafio maior é aprender com as práticas, fazendo, destas, objeto de conhecimento. Em um projeto piloto realizado entre julho de 2003 e março de 2004, onze iniciativas apoiadas pelo PDA sistematizaram alguns aspectos de suas práticas. O resultado são onze histórias reais, contadas por muitas vozes, tecendo narrativas cheias de vida, reflexão, descobertas, aprendizados.

Cada grupo ou comunidade contou sua história de seu jeito. Para isso, criou momentos e instrumentos, experimentou metodologias, fez caminho ao andar. Os textos da série revelam essa experimentação metodológica, mantendo as estruturas e narrativas criadas por cada grupo envolvido. Como na vida, os textos das sistematizações não seguem um único roteiro, mas inventam seus próprios mapas narrativos.

O PDA com alegria apresenta essas histórias de saberes, de gentes, de vidas, com o desejo de estar contribuindo para demonstrar caminhos possíveis para políticas públicas mais adequadas à produção familiar, às comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

Jorg Zimmermann

Secretário Técnico PDA

Brasília, outubro de 2006

Sumário

Introdução

- Queremos um desenvolvimento diferente. Como e Por quê? 6

Por que sistematizar? 8

A Região da Transamazônica 10

- A Ocupação da Transamazônica 13
- O Movimento pelo o Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu 14
- Surgimento e Evolução dos Movimentos Sociais na Região 15
- Ação das pastorais e a retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais 17
- Tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira 19
- Necessidade crescente de organização e crise da produção agrícola 20

Novas estratégias do Movimento Social: diagnóstico da região e proposição de um projeto de desenvolvimento diferenciado 22

- Surgimento do Grito do Campo e do Grito da Terra Brasil: abertura do diálogo com os setores governamentais 26
- Crédito agrícola: uma mão que ajuda e outra que derruba os agricultores 28
- Novos desafios, novas estratégias: participação política nos legislativos e construção de uma política educacional para a região. 30





■ Do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica ao Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu	32
■ Busca de um desenvolvimento diferente: debate ambiental e alternativas para a produção familiar	34
■ Projeto Roça Sem Queimar	37
■ Implantação de Reservas Comunitárias	37
■ Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais nos Lotes dos Pequenos Produtores Rurais de Pacajá e Medicilândia	37
Mudanças promovidas pela ação do movimento social como agente de desenvolvimento regional	38
Conquistas do Movimento Social na Região da Transamazônia	42
■ Proambiente	44
■ Lançamento do “Fundo Dema”	46
■ Projeto de consolidação da Produção Familiar e contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Xingu	48
■ Política Fundiária	49
Considerações Finais: Desafios Atuais para o Movimento Social na Transamazônica	50
Descobrimdo o Valor da Floresta: Uma Experiência interessante	53



Introdução

Queremos um desenvolvimento diferente. Como e Por quê?

Esta narrativa conta a história dos movimentos sociais na Transamazônica e sua evolução, que passaram de movimentos reivindicatórios e de denúncia para movimentos de transformação e desenvolvimento da realidade de uma região e de um povo.

É uma história de conquistas e vitórias, mas também de lutas, perdas e sofrimentos, marcada pela perseguição e assassinato de companheiros e da construção de uma nova concepção de desenvolvimento. Um desenvolvimento diferente daquele para o qual os colonos da transamazônica foram convidados a participar e promover na década de setenta. Um desenvolvimento que não significa desmatar, mas que considera o interesse, as necessidades e os sonhos dos agricultores e agricultoras e a necessidade de preservação da floresta. Tudo isso está resumido a um lema histórico:

queremos viver,
produzir e
preservar!

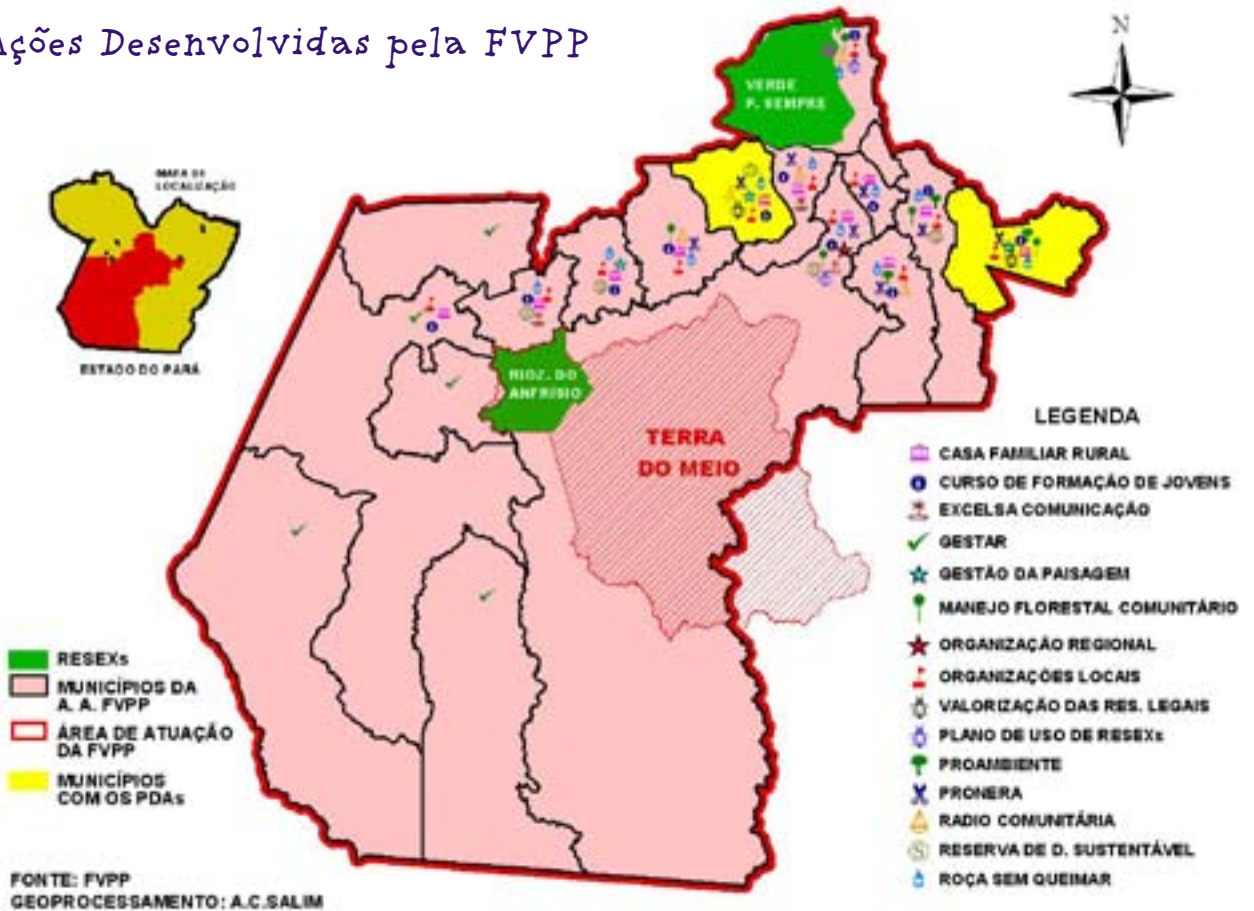


Oeste do Pará e Área de Atuação da FVPP



EXTENSÃO TOTAL: 440.384,81 KM² POPULAÇÃO TOTAL (CENSO/2000): 459.916 HAB

Ações Desenvolvidas pela FVPP



Por que sistematizar?



Esta sistematização, realizada com o apoio dos Projetos Demonstrativos — PDA, teve por objetivo promover um processo de discussão e replanejamento das organizações da área de atuação da Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, a fim de apoiar ações estratégicas de incorporação das Reservas Legais ao sistema de produção, contribuindo para a consolidação de um sistema diversificado na região.

A experiência inicialmente selecionada para ser sistematizada foi a do Projeto de Valorização e Conservação dos Recursos Florestais das Reservas Legais dos Lotes de Pequenos Agricultores dos Municípios de Pacajá e de Medicilândia. O foco identificado para ser aprofundado foi o processo de incorporação da floresta no sistema produtivo e como isso influenciou o cotidiano das famílias nos aspectos econômico e ambiental, e no fortalecimento das organizações locais e regionais.

No entanto, com o desenrolar da sistematização, a história do movimento social ganhou muita importância, para além de um contexto no qual as ações do eixo de sistematização se desenrolavam. Então, o período da sistematização se ampliou para muito além da experiência inicialmente pensada e acabou incentivando o resgate dos motivos que levaram o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST a se transformar no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu — MDTX e a buscar um “desenvolvimento diferente”, em que a incorporação da floresta no sistema produtivo é um ponto fundamental.

Na reunião para finalizar a sistematização e produção do instrumento de comunicação do processo, foi discutido o seguinte eixo orientador do movimento social: evolução das estratégias do movimento social na região da Transamazônica, desde a luta pela sobrevivência e de inserção da questão ambiental até a busca por um desenvolvimento “diferente”.

Foram propostas as seguintes perguntas orientadoras:

- Por que, como e em que momento a questão ambiental se insere nas preocupações do movimento?
- Em que momento e por que a questão da sobrevivência é superada, ou quando a questão ambiental passa a ser vista como uma das condicionantes da luta pela sobrevivência?
- Por que se buscou e como se caracteriza esse desenvolvimento diferente?

É como se fossem duas sistematizações que se interpenetram, que se visitam. Como se a experiência de construção do movimento fosse um grande rio, cujos afluentes são as várias tentativas de desenvolver processos produtivos de forma sustentável. E esses afluentes se constituem, por exemplo, nas experiências de aproveitamento da reserva legal e na roça sem queima.

Muitas vezes contam essa história. Os depoimentos aqui transcritos foram retirados de relatórios de oficinas ocorridas no período da implementação do projeto apoiado pelo PDA de valorização das Reservas Legais e durante o processo de sistematização. Uma parte desses depoimentos não estava identificada nos textos originais e, com a mudança de equipes na Fundação Viver, Produzir e Preservar, foi difícil identificar com certeza os nomes dos depoentes. Para não correr o risco de cometer equívocos, optou-se por não colocar os nomes das pessoas após seus depoimentos e, ao mesmo tempo, não perder a riqueza dessas vozes. No conto, que faz parte desta publicação, os nomes foram mudados intencionalmente, embora a maioria das falas tenha ocorrido durante os encontros promovidos pelo PDA.

Apesar da experiência inicialmente escolhida ter-se iniciado em 1998, o período considerado para esta sistematização abrange desde 1972 até 2004. Ao longo desses mais de 30 anos, foram identificados muitos momentos significativos e períodos marcantes com transições decorrentes do amadurecimento do movimento e das mudanças na conjuntura política do País. É sobre essa trajetória do movimento social da Transamazônica que trata a presente sistematização.



A Região da Transamazônica



A Região Transamazônica é muito rica em recursos naturais. O Estado do Pará constitui-se num dos últimos remanescentes de reservas florestais, isso porque 50% das terras ou são públicas ou ainda são pequenas propriedades rurais que estão nas mãos de agricultores familiares. Em decorrência disso, essa região tornou-se alvo de madeireiros e grileiros que estão dispostos a fazer de tudo pela posse desses recursos, o que gera constantes conflitos no campo.

Na atual configuração geopolítica, os seguintes municípios compõem o cenário onde se travaram as lutas e as conquistas relatadas nesta narrativa: Altamira, Pacajá, Medicilândia, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Uruará, Placas, Rurópolis e Itaituba.

Essa é uma região cortada por uma parte da Rodovia Transamazônica, que tem, ao todo, 5.620 km e liga a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre (fronteira com o Peru) à cidade de Recife, em Pernambuco.





Outro recurso em disputa é a água que corre no Rio Xingu, principal rio que corta a região, e um dos principais afluentes do Rio Amazonas. Cobiçado pelas empresas de geração de energia, esse rio possui um potencial energético estimado em 11 Mw, com possibilidades de atrair para a região um investimento da ordem de R\$ 12,5 bilhões de reais, o que gera, além de um alto impacto econômico, um incalculável impacto social e ambiental para o município sede da obra e entorno.

Muito antes de tornar-se um projeto de colonização, a região era habitada por ribeirinhos e indígenas. Esses primeiros habitantes, povos para os quais a floresta era de fundamental importância para a

reprodução de sua cultura e de sua economia, muito ensinaram sobre o uso da floresta à população que foi se instalando durante o assentamento e nos trinta anos de convivência..

Apesar de ser uma região de colonização nova, a população local encontra-se bastante organizada. Há tanto organizações locais (nos municípios) quanto regionais, com sede em Altamira (município pólo). Essas organizações atuam em sintonia e, periodicamente, planejam suas ações e estratégias visando ao desenvolvimento da região como um todo, bem como distribuindo tarefas entre regional e municípios de forma a caminharem trabalhando lado a lado.



Marco de abertura da Transamazônica - Castanheira derrubada simbolicamente pelo Presidente Médici

A Ocupação da Transamazônica

A ótica da ocupação dos espaços como estratégia de soberania e desenvolvimento do País guiou a quase totalidade dos projetos governamentais para a Amazônia nas décadas de sessenta e setenta. Nessa época, foi criada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia e construída a Rodovia Belém-Brasília, iniciando-se o processo de ocupação, que visava ao aproveitamento dos recursos da região.

Logo se percebeu que a Amazônia, um vasto campo para a expansão agrícola, estava subutilizado nesse aspecto, com um grande e quase desconhecido potencial a ser explorado e que, por isso, tornava-se importante integrar essa região à economia nacional. Nessa mesma época, deu-se a abertura das rodovias Transamazônica,

Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, a criação da Zona Franca de Manaus, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, hoje transformada na Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, e do Banco da Amazônia.

Ao mesmo tempo, foram implantados projetos de assentamento de pequenos produtores, que funcionavam como válvula de escape para a tensão fundiária que se agravava no Sul e Sudeste do País. O projeto de colonização da Transamazônica, promovido pelo Governo Médici, trouxe para a região pessoas de todo o País em busca de terras para desenvolver atividades agrícolas e pecuárias.

No processo de ocupação da região da Transamazônica, as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba eram os focos do projeto. E em intervalos regulares, foram estabelecidos núcleos urbanos (agrovilas e agrópolis) com agências administrativas, escolas e centros de saúde.

Em poucos anos, a grande extensão da rodovia estava ocupada por um grande número de colonos, pessoas que aqui se estabeleceram com suas famílias e todos os seus pertences. Receberam do Governo apoio na forma de infra-estrutura básica de habitação, saúde, educação e uma estrutura pública de assistência e acompanhamento através das unidades do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra, instaladas nos Municípios de Altamira e Rurópolis. Mas, como veremos adiante, esse apoio não permitia a sobrevivência das famílias na região.

O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu



Com o tempo, a multiplicação das demandas de acompanhamento e de representações para o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST e, posteriormente, para o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu - MDTX, tornou-se complexa e diversificada, exigindo a presença de um corpo técnico e político que não estava disponível. O grande desafio anunciado era a gestão de um complexo processo de organização social que se propunha a desenvolver ações econômicas como componentes estratégicos de sua afirmação social. Ao lado desse desafio, nasceu a necessidade de refletir sobre o papel do movimento como agente social de representação de um conjunto de atores que também havia alcançado sua visibilidade própria.

O principal objetivo do MDTX tem sido estimular e auxiliar os setores sociais organizados na formulação de um projeto mais amplo de sustentação econômica, social e ambiental da produção familiar, apresentando aos poderes públicos alternativas de investimentos que ofereçam melhores oportunidades para a população rural, que fortaleçam a infra-estrutura da região e viabilizem seu potencial econômico.

As organizações de pequenos agricultores (sindicatos, associações e cooperativas) são maioria nesse universo de organizações vinculadas ao movimento. A essas somam-se, também, as organizações de mulheres, de jovens, artistas, técnicos, negros, pescadores e trabalhadores em educação, saúde pública, etc., que confirmam a integração entre o urbano e o rural, presente no movimento regional. Ao todo são cerca de 60 organizações que se articulam organicamente nesse conjunto, participando das assembléias e das várias instâncias de direção.

Os Movimentos Sociais na Transamazônica



Surgimento e Evolução dos Movimentos Sociais na Região

O movimento social na Transamazônica surgiu como uma necessidade de apoio aos colonos para enfrentarem as difíceis condições sociais e estruturais da região, que ameaçavam a sobrevivência das famílias. O isolamento provocado pelas precárias condições da estrada, a ausência do Estado, que não provia a população dos serviços básicos de atendimento à saúde, educação e segurança, e a falência da agricultura familiar nos moldes em que vinha sendo praticada provocaram uma reação de mudança, marcada por fases bem delimitadas.

Como uma primeira etapa, identifica-se a organização da base, com o apoio da Igreja. As Comunidades Eclesiais de Base - Cebs foram o berçário onde nasceram as novas organizações, especialmente no período de 1972 a 1985.

A partir de 1987, inicia-se uma nova estratégia do movimento social marcada pela regionalização das suas ações, embasamento das denúncias com pesquisas sócio-econômicas e pelo aumento da visibilidade, no âmbito nacional, dos problemas que atormentavam a população da Transamazônica. Esse período, que vai até o início da década de noventa, assiste ao Primeiro Encontro Regional do Movimento em Medicilândia, à promulgação da Nova Constituição Federal e ao Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira.

Em 1991, tem início o diálogo com o Governo na busca de alternativas e da diversificação das estratégias de produção das famílias e da condução do movimento social.

Em 1995, começa a fase de experimentação, quando o movimento social passa a discutir alternativas de produção para um desenvolvimento diferenciado. A partir desse momento, o movimento passa efetivamente à experimentação através dos projetos com o apoio do PDA, de valorização da reserva legal, e o Roça Sem Queima, com apoio da Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA.

A partir de 1999, o movimento social assume fortemente a proposição de políticas públicas, culminando em conquistas até então impensadas, pois a agenda do movimento social encontra sintonia com a agenda do Governo Federal. Porém, em contrapartida, houve a reação dos poderes locais, com assassinatos de importantes lideranças do movimento.

O ano de 2005 assiste a uma fase de consolidação de um ciclo de lutas e de propostas e de uma reorganização do movimento social, que é chamado a assumir cada vez mais o protagonismo do desenvolvimento regional.



Ação das pastorais e a retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais

As primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores rurais na Transamazônica foram apoiadas pela ação pastoral da Igreja Católica, a partir dos trabalhos desenvolvidos nas prelaças do Xingu e Diocese de Santarém e de Itaituba. A partir de 1972, equipes pastorais inseriram-se na realidade dos colonos, em alguns pontos da região, e passaram a evangelizar através da Doutrina Social da Igreja, refletindo com a população sobre as razões políticas e estruturais que os haviam levado para a Transamazônica. Desse trabalho, nasceu e cresceu a organização comunitária da região.

Nessa época, o papel da Igreja foi importantíssimo, porque promovia o debate sobre os problemas da região, incentivava o trabalho coletivo e fazia uma conscientização para o papel dos sindicatos como um espaço a ser conquistado para a representação da categoria dos trabalhadores rurais.

Com o passar do tempo, no final dos anos setenta, o apoio público foi ficando escasso. O Governo Federal suspendeu a dotação de recursos que subsidiava grande parte das atividades econômicas e sociais, e a população ficou à mercê da própria sorte. Os benefícios passaram a ser cada vez mais disputados.

Em 1978, ocorreram as primeiras interrupções da estrada organizadas pelos embriões de organização sindical como pressão contra o Governo Federal.

“A ação das pastorais contribuiu muito para que os movimentos sociais começassem a se organizar em função de uma falta de alternativas, foi um fator decisivo para nós trabalhadores que nos encontrávamos em tal abandono. ”

Essas manifestações coincidiram com as primeiras decepções dos agricultores com o preço dos produtos agrícolas (na época, principalmente com as culturas de subsistência, tendo no arroz o principal produto).

Alguns anos mais tarde, o caos estava instalado em toda a região, a começar pela falta de manutenção das vicinais que durante o extenso período de inverno da região tornaram-se, em poucos anos, intrafegáveis. Em alguns momentos, a rodovia também chegava a ser interrompida, isolando toda a população assentada do resto do mundo.

Nessa altura, voltar atrás era impossível. Alguns colonos até o fizeram por conta própria, mas poucos foram os que conseguiram. Enquanto isso o sofrimento dos que aqui se encontravam se acentuava cada vez mais.

As sedes dos municípios, quase sempre à beira-rio, tornavam-se inacessíveis pela falta de estradas e pelas grandes extensões atingidas, o que fazia com que a maioria da população não tivesse acesso a qualquer tipo de atendimento aos serviços públicos básicos.

Esses fatores contribuíram para que as lideranças formadas no âmbito das pastorais procurassem alternativas de organização mais eficazes para o enfrentamento dos problemas estruturais da região, tendo como consequência a organização sindical.

Nessa época começou-se a articular, também, a tomada dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais das mãos de políticos. Recém saídas da Ditadura Militar, essas pessoas usavam a organização simplesmente como estratégia para se

beneficiar politicamente, mantendo o poder em suas mãos ou nas mãos de seu grupo, desvirtuando completamente o papel da representação da categoria.

Algumas lideranças regionais começavam a se destacar no Oeste da Transamazônica. Juntas, essas lideranças criaram a **Corrente Sindical Lavradores Unidos**, uma forte organização de oposição sindical de trabalhadores rurais, que compôs a primeira Diretoria de Trabalhadores Rurais de Santarém. A partir daí, foram criadas centenas de delegacias sindicais nas comunidades rurais que trabalhavam ações de grande expressão, tendo como bandeiras de luta a reivindicação por estradas, saúde, educação, terra e apoio à produção e comercialização. A corrente tinha entre os colonos da Transamazônica, da região hoje pertencente ao Município de Rurópolis, uma de suas principais bases de apoio.

Como colonos da Transamazônica, havia agricultores, professores, pequenos comerciantes, religiosos, funcionários públicos, enfim todos os que enveredaram pelo difícil caminho de sobreviver na região. **Desde o início dessa luta, campo e cidade se uniram nos momentos mais difíceis.**

Os primeiros aglomerados urbanos da Transamazônica foram criados dentro do planejamento original como agrovilas (as menores), agrópolis, (as médias) e rurópolis (as maiores). A dinâmica local fez sobreviver somente aquelas em que a economia fosse mais bem sucedida. A organização dos movimentos sociais seguiu e estimulou essa dinâmica, o que resultou na emancipação de vários municípios a partir de 1988.



Tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira

O STR de Altamira foi controlado por militares de 1968 a 1988. Nesse ano, que coincide com a promulgação da atual Constituição Federal, foi eleita a primeira diretoria identificada com a política sindical combativa proposta pelos trabalhadores rurais, que se organizaram a partir da delegacia sindical de Brasil Novo.

No entanto, para chegar a essa vitória, o movimento teve que enfrentar muitas batalhas, e muitos companheiros sofreram na pele a investida da Ditadura Militar contra a luta legítima da população.

■ Em 1982, o sindicalista Avelino Ganzer foi procurado pelo Exército, numa verdadeira caçada, por um percurso de 500 km de rodovia, onde colonos moradores da região eram interrogados.

■ Em 1983, os colonos da comunidade das Placas (km 240 da Transamazônica) ocuparam uma fazenda e foram perseguidos e torturados pelo 51º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Altamira.

■ Em 1984, por duas vezes colonos de Rurópolis enviaram comissões a Brasília, organizadas pelas delegacias sindicais da região, para negociar recursos para abertura e conservação das vicinais.

■ Em 1985, cerca de mil colonos organizaram a ocupação da sede do Incra, em Rurópolis, e se apoderaram das máquinas de datilografia, como forma de pressionar o Governo para liberar verbas para as estradas.

■ Em junho de 1985, as delegacias sindicais de Medicilândia e Uruará realizaram, juntamente com a Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica – Asfort, a primeira caravana da Região da Transamazônica, composta por, aproximadamente, 400 colonos, que se dirigiram a Brasília para reivindicar do Governo Federal (Incra e Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA) a manutenção da usina PACAL, a abertura e a conservação das estradas vicinais e a construção de hospitais e escolas.

■ Em 1987 foi a vez dos colonos de Brasil Novo ocuparem a sede do Incra pela regularização fundiária e pela solução dos problemas estruturais da colonização.

“O STR de Altamira foi fundado em 9 de julho de 1968, 2 anos antes da colonização da região, com o fim de amortecer as reivindicações e as lutas dos colonos, particularmente aqueles do Sul, que já tinham uma certa experiência de sindicalismo. A entidade tinha uma proposta assistencialista, paternalista. Havia uma certa censura a quem buscava um sindicato diferente.”

Necessidade crescente de organização e crise da produção agrícola



À medida em que o tempo passava, mais pessoas, incomodadas com a situação de desconforto da região, despertavam para a necessidade de se organizar. Nesse momento, o fortalecimento das delegacias sindicais era importantíssimo, pois outros municípios em breve seriam emancipados e novos sindicatos seriam formados, tornando-se mediadores políticos das relações sociais e econômicas, com inserção rural e urbana, uma vez que as duas realidades são muito próximas nas áreas de colonização.

As dificuldades enfrentadas pelas lideranças dirigentes da Transamazônica eram muitas. Dirigentes e delegados sindicais andavam até 30 km a pé, por dia, alguns de bicicleta, para chegar até os lotes dos sócios nas vicinais, fazer reuniões, organizar manifestações ou buscar doações para custear as atividades coletivas. Muitos deles, inclusive jovens e mulheres, faziam um trabalho missionário, deixando suas famílias e projetos pessoais para enfrentar esse trabalho de coesão da organização, na busca de saídas econômicas e sociais. Muitas vezes o trabalho desses sindicalistas constituiu-se em reunir a solidariedade das comunidades para enterrar colonos, que morriam no fundo das vicinais por falta de assistência médica, vencidos pela malária, por picadas de cobras ou em acidentes de trabalho não socorridos.

Ao final da década de oitenta, a situação era de calamidade. Apesar das conquistas significativas quanto à construção de estradas, hospitais e escolas, os problemas eram apenas minimizados e as conquistas pontuais e particulares nos municípios.

Assistia-se a um momento de profunda decepção entre os colonos, face ao abandono da colonização que se somou à queda do preço dos produtos de exportação da região (cacau e pimenta). Além disso, duas grandes lideranças da luta sindical foram cooptadas por facções políticas contrárias aos STR's.



Os dirigentes mais antigos que permaneceram na região sentiam-se desanimados com os rumos da atividade agrícola e com o aprofundamento da crise da saúde e de infra-estrutura, refletidos no empobrecimento da população. Os governos limitavam-se a realizar ações paliativas e de caráter eleitoral.

Na ausência de propostas e ações concretas que repercutissem na melhoria da qualidade de vida e, principalmente, na economia dos sócios, a base se afastava dos sindicatos e assistiu-se a uma crise nos movimentos sociais da região.

Em nível nacional, a situação não era muito diferente. A transição do regime militar para a Nova República produziu uma série de incertezas, e a Transamazônica não entrava na pauta de investimentos dos governos. O crédito agrícola foi reduzido a partir de 1985, dificultando as chances de sobrevivência da agricultura familiar e intensificando o êxodo dessas famílias para as cidades.

Novas estratégias do Movimento Social: diagnóstico da região e proposição de um projeto de desenvolvimento diferenciado



A crise da metade da década de 80 revelou falhas na estratégia do Movimento Social que havia privilegiado, até então, um debate ideológico com o modelo vigente de desenvolvimento. Uma reflexão sobre a natureza dessa crise culminou com a conclusão de que seria necessário construir uma proposta de intervenção de maior qualidade para contrapor ao abandono instalado na região.

E foi assim que recomeçaram as lutas, no intuito de buscar reanimar a capacidade de mobilização das parcelas organizadas da população a partir dos pequenos agricultores. Por volta de 1988, os sindicatos de trabalhadores rurais iniciaram uma mobilização pela emancipação dos Municípios de Uruará, Medicilândia, Rurópolis e Pacajá, buscando aproximar o poder de decisão da população e ter maior poder de ação e controle sobre a administração pública, bem como potencializar os investimentos locais.

No final dos anos 80, a regionalização das ações do movimento social, que reivindicava soluções para toda a Transamazônica, constituiu-se numa estratégia de sobrevivência para a população na região e para o fortalecimento dos próprios movimentos sociais. A partir de então, foi realizada uma série de eventos de reflexão e de deliberação de estratégias.

O primeiro encontro regional aconteceu em Medicilândia, em julho de 1987, e reuniu lideranças da Região Transamazônica (Pacajá a Itaituba) e da Rodovia Cuiabá-Santarém. O objetivo desse encontro era encontrar saídas para a recuperação dos projetos de colonização, através da regionalização das reivindicações e da formulação de propostas. Para isso, o ponto de partida foi a realização de uma pesquisa sócio-econômica que levantasse indicadores da situação da região e fundamentasse o discurso do movimento.

O levantamento foi feito com a colaboração das organizações rurais dos trabalhadores, dos professores e das pastorais. Com esses resultados, pôde-se fazer uma crítica fundamentada, em nível regional, da situação de abandono da Transamazônica, o que resultou numa formulação mais exata do que se pretendia com a organização regional dos movimentos sociais.

Um segundo encontro regional foi realizado, desta vez em Rurópolis, para apresentar os resultados e sobre eles refletir. A deliberação do encontro foi no sentido de fazer a mobilização das comunidades de base, conscientizando-as sobre a situação real levantada na pesquisa, com a finalidade de organizar e unir forças, promover atos públicos e debates em todos os municípios, envolvendo a sociedade civil organizada e não organizada nessa luta regional. Além disso, decidiu-se pelo envio de uma comissão em Brasília para denunciar o abandono, lutar por melhorias e negociar uma maior atenção para a região com o Governo Federal.

Em 1989 foi realizado um terceiro encontro regional, onde se discutiu a integração dos colonos da Transamazônica com os colonos da Cuiabá-Santarém, uma vez que os problemas enfrentados eram semelhantes: o abandono das estradas, as pontes quebradas, a falta de assistência à educação e à saúde, a falta de crédito agrícola, entre outros.

Ao final daquele ano, estava traçada a estratégia que alimentaria a ação dos movimentos sociais durante os próximos anos, principalmente dos pequenos agricultores da Transamazônica. Tal estratégia consistia na regionalização das ações de maior impacto e na elaboração e defesa de um **Projeto Global de Desenvolvimento**, sob novas bases e nova concepção de desenvolvimento.

Em 1990 foi realizado um Seminário Regional, também conhecido como "Debate de Altamira", que teve como tema "O futuro do projeto de colonização — Transamazônica 20 anos depois". O foco do debate eram os problemas da Transamazônica, acompanhados de uma proposta alternativa dos movimentos sociais da região. O Seminário

A pesquisa revelou dados alarmantes:

- havia apenas **nove médicos** na região para uma população de **500 mil** habitantes, num raio de **1000 km** de distância;

- mais de **70%** da população **adulta** era **analfabeta** ou semi-alfabetizada;

- havia **2.840 km** de estradas vicinais habitadas **sem conservação**;

- nenhum dos municípios, **com exceção de Altamira**, e mesmo assim de forma precária, **dispunha de energia elétrica**;

- pessoas morriam no fundo das vicinais por **falta de assistência médica**, além de outras constatações alarmantes.

“A estratégia era forçar as prefeituras e demais órgãos públicos a assumirem a parte que lhes cabia na realização das obras, bem como ampliar a divulgação de nossas propostas.”



1 FNO (Fundo Constitucional do Norte), assim como o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), provém da destinação de 1% dos impostos cobrados pela União para serem investidos nos segmentos produtivos de regiões pouco desenvolvidas (NO, NE), sendo que, constitucionalmente a prioridade é dos pequenos e médios produtores.

contou com a participação de 1.500 representantes de comunidades, categorias profissionais, grupos de jovens, mulheres, estudantes, autoridades políticas das diversas esferas do poder (ligadas à educação, saúde, agricultura, energia, transporte e infra-estrutura de modo geral), órgãos financiadores e lideranças nacionais, como José Rainha (Movimento dos Sem Terra - MST) e Jair Meneguelli (Central Única dos Trabalhadores - CUT), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.

Do debate resultaram indicações de políticas públicas para diversos setores, apresentadas como reivindicação aos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipais). Foram formadas quatro comissões com a missão de fazer acontecer, em 1991, uma grande ação de alcance nacional e internacional, através da utilização dos meios de comunicação de massa (emissoras de rádio, redes de televisão, jornais e revistas). Devia-se informar sobre a existência do Projeto de Colonização da Região Transamazônica, denunciar a situação de abandono em que a mesma se encontrava e apontar propostas de solução para o seu desenvolvimento. Também fazia parte da estratégia buscar apoio de sindicatos urbanos, organizações não-governamentais e universidades. Pretendia-se, com isso, ampliar a base de apoio para as ações que viriam a seguir.

Em novembro de 1990, aconteceu mais um encontro com lideranças de toda a região, com apoio de parlamentares oriundos do movimento social, com a assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase e do Centro de Apoio ao Movimento Popular Sindical - Campos. O evento tinha um caráter avaliativo e também visava traçar as estratégias de elaboração de um projeto abrangente de desenvolvimento, que contemplasse as aspirações da população da região. Também foi debatido, pela primeira vez, em âmbito regional, o crédito agrícola do Fundo Constitucional do Norte - FNO¹ e sua legitimidade constitucional de servir aos pequenos agentes econômicos e não apenas aos grandes produtores, conforme vinha ocorrendo.

A unificação das ações regionais por meio desse coletivo, a criação de um grupo dirigente comum e todo o processo desencadeado de desenvolvimento de ações amplas e proposições deram início a uma fase de formulação de políticas regionais com ampla participação social. Nesse momento surgiu o lema que acompanha o movimento desde então: queremos viver, produzir e preservar.

Um segundo debate massivo promovido pelos movimentos sociais da região teve por tema “A luta pela sobrevivência na Transamazônica”, onde foram discutidos temas sobre saúde, educação, crédito agrícola, meio ambiente, energia, urbanização

e infra-estrutura. Esse foi o momento de colocar em pauta o Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica - PGDT, elaborado com a participação de todos os setores da sociedade. O evento teve duração de uma semana, de 31 de maio a 7 de junho de 1991, e contou com a participação de 2.000 pessoas, inclusive prefeitos e vereadores que também se juntavam às negociações, pois se identificavam como personagens de um mesmo projeto de colonização abandonado pelas autoridades. O evento visou, também, desencadear um ciclo de denúncias para formar opiniões fora da região quanto ao abandono da Transamazônica, e produzir repercussão na imprensa em nível estadual e nacional.

As atividades promovidas durante esses dias foram desde distribuição de alimentos produzidos no campo (leite, frutos) aos moradores da cidade, debates, trabalhos de grupo, negociações, atos públicos, paralisação de bancos e até noites culturais organizadas pelas delegações dos municípios.

Esse evento foi também o momento em que se consagrou o nome da organização representativa dos movimentos sociais na região: **Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST**. Na avaliação das lideranças, esse nome carregava um apelo autêntico e identificado com os anseios da população, e potencializava a mobilização das amplas camadas insatisfeitas com o abandono.

Os participantes desse grande debate puderam, então, através dos trabalhos de grupo e, posteriormente, em plenário, opinar e votar o "Projeto Global de Desenvolvimento da Região Transamazônica", ou seja, a primeira formulação de políticas públicas que tinha como propositores os colonos, os professores e os estudantes.

A partir daquele momento, agentes sociais colocados na região, à margem das decisões, credenciavam-se como cidadãos pensantes e atuantes na sua realidade. A Transamazônica não seria a mesma depois deste acontecimento. Ali se fortaleciam também elementos consistentes de observação sobre a capacidade dos pequenos agricultores em dirigir lutas de caráter abrangente, reunir aliados e propor políticas de longo prazo. A visibilidade almejada pelos movimentos da região foi conquistada. Nos seis meses seguintes, a Transamazônica foi tema de reportagens nos mais importantes jornais e nas principais revistas do País, e em alguns programas de televisão de veiculação nacional.

O projeto tinha como objetivos:

- garantir a participação da população no processo de desenvolvimento global da região, criando condições que reduzissem o deslocamento permanente dessa população para outras regiões; e
- desencadear um processo de discussão, tendo em vista um novo projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica que não agredisse o meio ambiente, promover a pessoa humana e garantir melhorias sócio-econômicas e culturais às populações mais sofridas.
- Esse projeto também apresentava propostas para a agricultura e o meio ambiente, a questão agrária e fundiária, a saúde e a educação, a urbanização, a melhoria das estradas, a energia elétrica e o crédito bancário.

“No dia 17 de setembro, os colonos perturbaram o ritual do presidente Collor de Mello na subida da rampa do Palácio do Planalto. Portando faixas com a inscrição “A Transamazônica não pode esperar”, eles mostravam ao Brasil o mundo esquecido da Transamazônica, que muitos imaginavam ter desaparecido com a ditadura militar. Para destacar sua presença no imenso gramado em frente ao Congresso Nacional, os colonos deitaram-se e desenharam o lema do seu movimento.”



Surgimento do Grito do Campo e do Grito da Terra Brasil: abertura do diálogo com os setores governamentais

Ainda em 1991, no mês de abril, foi realizado o primeiro **Grito do Campo**, um evento de mobilização de pequenos agricultores que surgiu no Estado do Pará e que, em 1992, estendeu-se para todos os estados da Região Norte, ganhando dimensão nacional a partir de 1994, já com a denominação de “**Grito da Terra Brasil**”.

O I Grito do Campo tinha como objetivo denunciar a violência contra trabalhadores rurais e exigir a punição dos culpados. Foi também nesse evento que aconteceram as primeiras negociações pela desburocratização do FNO, visando à liberação do crédito agrícola. Da Região Transamazônica, participaram representantes de cada município e suas principais lideranças.

O II Grito do Campo, também realizado em 1991, no mês de agosto, do qual participaram 400 colonos, centrou suas reivindicações no Banco da Amazônia - Basa, exigindo a desburocratização do crédito de forma a facilitar seu acesso aos micros, pequenos e médios produtores da Região Transamazônica.

Os Gritos foram se consolidando como canais de diálogo e negociações por financiamentos do FNO, além de incorporarem uma pauta mais abrangente com pleitos dirigidos a diversos setores dos governos estaduais. Esses pleitos, no geral, eram medidas emergenciais para melhorar a infra-estrutura e os serviços sociais básicos (saúde, energia elétrica e educação).

Dos 400 participantes do II Grito, 300 seguiram em caravana para Brasília. Juntos, pequenos agricultores, donas-de-casa, professores, estudantes e outras categorias foram à Capital exigir recursos emergenciais para as estradas, saúde e educação na Transamazônica. Estes chegaram à cidade

no dia 7 de setembro e lá ficaram até o final do mês. De volta para a região, houve comemorações nos Municípios de Pacajá a Rurópolis, e foi feita uma avaliação das conquistas em Belém e em Brasília:

- CR\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros) foram liberados para recuperação da rodovia;
- criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde; e
- construção de uma Escola Agrotécnica em Altamira.

Entretanto a concretização desse acordo foi lenta, de difícil controle pelos movimentos sociais e sem continuidade na aplicação, como, aliás, têm sido as medidas governamentais para a região e, em geral para as áreas de colonização na Amazônia.

No período de 28 a 30 de maio de 1992, foi realizado o III Grito do Campo. Aproximadamente 4.000 pequenos agricultores marcharam pelas ruas de Belém, ficando acampados por três dias na Praça da República. Enquanto isso, outras manifestações aconteciam em outros estados da Região Norte com o mesmo objetivo: acesso ao crédito do FNO.

Com a forte pressão e a ampla repercussão na imprensa, os produtores familiares conquistaram financiamento bancário para 120 associações da Região Norte (RR, TO, RO, AM e PA). Paralelamente às atividades do Grito, o MPST realizou audiência com outros órgãos como o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e a Secretaria Executiva de Educação do Pará - Seduc, que firmaram os seguintes compromissos:

- INSS — convênio com a Empresa de Correios e Telégrafos para pagamento dos aposentados nos municípios onde não havia rede bancária;
- Seduc — implantação do Projeto Gavião I e II para capacitação de professores nos níveis de primeiro e segundo graus, e implantação de unidades de ensino supletivo em Altamira, Medicilândia e Uruará, ficando o Estado responsável pelo pagamento dos professores e, a comunidade, pela estrutura física.

Esse conjunto de ações implementadas trouxe para a região uma série de mudanças, mas o crédito foi, sem dúvida, o fato econômico de maior repercussão.

Entre 1992 e 1995, surgiram novas associações e cooperativas de pequenos agricultores. Cerca de 5.000 financiamentos foram liberados para projetos familiares na região. Em termos financeiros, isso representou em torno de R\$ 5 milhões de reais. Agora, o desafio era a gestão financeira desses recursos, tanto pelas famílias quanto pelas organizações.

“No dia seguinte, 70 trabalhadores entraram em greve de fome, resultando na abertura das negociações entre trabalhadores, Ministérios, Secretarias e Governo. Foi formada uma comissão interministerial, pelo Presidente da República, com o objetivo de debater o problema da Transamazônica. As negociações concentravam as discussões em torno da liberação de recursos emergenciais para a rodovia, de forma a não haver a sua interdição no período do inverno (a partir de dezembro) e também para a saúde e educação. No dia 2 de outubro de 1991, a comissão interministerial e outras representações estaduais e federais fecharam as negociações, com a participação do MPST”.)

Crédito agrícola: uma mão que ajuda e outra que derruba os agricultores



Após as grandes vitórias conquistadas com os Gritos da Terra, o movimento deparou-se com duas questões fundamentais: a necessidade de implementar experiências produtivas alternativas que fundamentassem o projeto de desenvolvimento, e a dificuldade dos produtores e suas organizações de gerir um processo massivo de financiamentos, sem suporte da assistência técnica e com notável despreparo das direções das organizações para gerenciar a aplicação e fazer o controle dos resultados dos investimentos previstos com os recursos obtidos.

A assistência técnica constituía, e ainda constitui, um entrave para a implementação de qualquer projeto de desenvolvimento com paradigmas de sustentabilidade diferenciados. Além da falta de recursos humanos e estruturais, a assistência técnica na Amazônia ainda está formada por paradigmas convencionais de agricultura e pouco se abastece das novidades que a pesquisa vem apresentando sobre sistemas de produção diversificados e alternativos, como os sistemas agroflorestais.

Quando da liberação de recursos para a região, uma discussão que envolveu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e os agentes financiadores resultou na proposta de consórcios agrícolas, que se orientavam basicamente pelo que se conhecia de culturas como o coco, cupuaçu e banana, e pela noção de que seriam produtos de fácil aceitação no mercado. Contudo, não foram consideradas as diferenças de solo, as distâncias do produtor ao consumidor e os cuidados técnicos específicos. A partir dessas constatações, foi realizada uma pesquisa sobre o FNO em toda a Região Norte para avaliar os problemas e os benefícios por ele trazidos.

Os financiamentos representaram um fôlego econômico para a região como um todo: agricultores, comerciantes, pecuaristas, todos sentiram-se aliviados com a liberação do crédito. Porém, não havia acúmulo de experiências na gestão de recursos financeiros nas organizações e preparo necessário para que a tomada do crédito fosse um processo eficiente e educativo, como vinham sendo conduzidas outras ações até então. No entanto, havia também a constatação, a partir da leitura do crédito na dinâmica histórica das organizações de pequenos agricultores da região e da Amazônia, de que, no processo ideal, primeiramente viria a capacitação em gestão para depois vir o dinheiro, o que era impossível, surreal.



Apesar disso, muitos foram os aprendizados com o processo. A capacidade do próprio Banco e da assistência técnica em gerir e monitorar financiamentos para centenas de cooperativas, representando milhares de famílias numa região continental como a Amazônia, foi colocada à prova, verificando-se baixo rendimento de ambos.

Para analisar as milhares de propostas geradas pelas organizações, os técnicos padronizaram os projetos em toda a Região Norte. O resultado era o seguinte: ou a família optava pelo pacote ou não pegava o financiamento. Entretanto, encorajados pela organização e pressionados pela descapitalização e pela falta de alternativas, os produtores familiares assumiram os financiamentos.

As famílias que foram beneficiadas de 1992 a 1994 quitaram seus compromissos sem problemas. Mas, com o Plano Real e os juros em torno de 6% ao ano, os ressarcimentos ficaram inviabilizados. A criação de gado, que até 1994 pagava os financiamentos contraídos, perdeu valor e não conseguiu sequer cobrir o preço de compra dos animais.

Novos desafios, novas estratégias: participação política nos legislativos e construção de uma política educacional para a região.



Após uma fase de auto-avaliação, surgiu a necessidade de aprimorar a organização da base, formar novos dirigentes e reforçar a autonomia das organizações. Ao mesmo tempo refletia-se sobre a melhor maneira de avançar nas propostas do Projeto Global de Desenvolvimento - PGDT que seria, nos próximos anos, o referencial de elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento dos municípios da região.

Também nessa época surgiu a necessidade de o MPST ter uma personalidade jurídica. Essa discussão já vinha sendo amadurecida há algum tempo no sentido de que fosse criada uma Fundação que viabilizasse a captação de recursos e também o assessoramento técnico aos movimentos sociais da região.

Então, em 1992, foi criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, que se tornou o "braço jurídico" do movimento social na região, fortemente representado pelo MPST.

Em 1993, discutia-se com bastante ênfase a importância dos conselhos municipais, como estratégia para forçar a criação dos espaços de participação institucionais nos municípios. Também ganharam ênfase as questões de gênero e geração - a busca do envolvimento de mulheres e jovens nos movimentos sociais.

A discussão sobre o aperfeiçoamento das formas de comunicação e a ampliação dos meios de interlocução com a população destacou-se em 1994, mantendo a militância informada e preparada para os novos desafios. A questão cultural também ganhou espaço no movimento social, que passou a desenvolver e apoiar iniciativas locais.

Também surgiu, nessa época, a idéia de apoiar novas organizações espontâneas de articulação regional, o que mais tarde se concretizou na criação da Central de Comercialização Agrícola Familiar - Cecaaf e da Associação das Casas Familiares Rurais Norte e Nordeste - Arcafar, ambas com sede em Altamira.

Outro acontecimento importante foi o envolvimento da região nas eleições de 1994, em que o Movimento Social da Transamazônica teve participação expressiva e elegeu um representante oriundo do próprio movimento para compor a Assembléia Legislativa do Estado (Deputado Zé Geraldo), ajudando, também, a eleger companheiros do movimento social de outras regiões, no caso, da Cuiabá-Santarém, para a Câmara Federal.

Essa participação vinha sendo ampliada porque o movimento entendia que o poder político funciona como uma espécie de catalisador de ações e, portanto, deveria



ser pensada uma estratégia para ocupação desses espaços. Era necessário fortalecer o grupo, unindo-se uma região mais ampla, para compensar a falta de recursos financeiros, uma vez que essa disputa política na região se dá, principalmente, em função do poder econômico de grupos políticos formados por grandes empresários.

A viagem de intercâmbio realizada pelos agricultores da Transamazônica para a Região Sul do Brasil também foi impactante na definição de estratégias do movimento. Agricultores dirigentes de organizações formaram uma comitiva para conhecer as Casas Familiares Rurais e a produção da Agricultura Familiar naquela região.

No retorno da comitiva, foi realizado um seminário para discutir a educação rural, com apoio da Arcafar-Sul. O objetivo era discutir o papel da formação para o desenvolvimento social e divulgar a pedagogia da alternância como modelo de educação rural a ser adotado para a região. Essa proposta buscava adequar o conteúdo curricular escolar à realidade e à necessidade dos jovens agricultores, mantendo o vínculo entre o estudante, sua família e sua comunidade.


O referido evento contou com a participação de autoridades ligadas à educação e à agricultura, e também com a presença de lideranças de todos os municípios da região. O projeto era visto como uma saída para o fortalecimento da agricultura familiar na

região através da capacitação dos filhos de agricultores. Nesse evento foi encaminhada a idéia de criação da Associação Regional das Casas Familiares Rurais Norte e Nordeste, que se tornaria responsável pela implementação dessa proposta.

A discussão foi levada para os municípios, e Medicilândia foi o primeiro a assumir o compromisso, colocando para funcionar, ainda em 1995, a primeira Casa Familiar Rural, que tinha como objetivo criar um modelo de educação rural que atendesse a realidade dos produtores familiares rurais da região. Essa Casa tinha, como princípio, o regime de alternância dos alunos (uma semana na escola e duas semanas na propriedade da família), permitindo, assim, além de uma formação técnica acadêmica, a construção do conhecimento através da prática associada à teoria.

O principal objetivo da Casa Familiar Rural é a formação, no ensino fundamental (5ª a 8ª série), de agricultores (as) e seus filhos (as) que desejam permanecer no ramo da produção familiar, bem como o acompanhamento técnico das atividades realizadas na propriedade.

No final dos anos 90, o projeto Casa Familiar Rural foi implantado em outros municípios da Região Transamazônica, como em Pacajá (1998) e Uruará (1999), e tornou-se referência no Pará, expandindo-se para outras regiões do Estado como modelo de educação rural.



“Não queremos ficar só na sobrevivência, o que se quer é vida plena, prosperidade, sindicatos fortes e representativos, associações transparentes. Só assim será possível a permanência dos colonos no campo.”

Do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica ao Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

A mudança do nome e área de abrangência do Movimento para Sobrevivência da Transamazônica - MPST seguiu uma trajetória que, como visto ao longo desse texto, começou com a luta pela tomada dos sindicatos em direção à consolidação do seu espaço político e reconhecimento da sua representatividade. Paralelamente, evoluíram as diversas associações locais que se inseriram na estratégia regional e que foram e continuam sendo fundamentais para a implantação das novas estratégias de desenvolvimento para a região.

As cooperativas e associações da Transamazônica tiveram dois momentos significativos.

Nos anos 80, as organizações associativas, incentivadas pelo movimento sindical, surgiram em função da necessidade de direcionamento das ações dos sindicatos de trabalhadores rurais para as questões econômicas, para tratar os problemas da produção, comercialização e beneficiamento dos produtos dos seus sócios. É o caso da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Transamazônica - Coopertran (km 114 - Medicilândia) e da Associação de Agricultores Medicilândia - Assame (km 80 - Medicilândia), que foram as primeiras organizações a se estruturarem com esse objetivo. Os sindicatos se transformavam, portanto, em instrumentos norteadores da prática associativa, redirecionando ações econômicas através das associações.

Num segundo momento, já na década de 90, as organizações associativas de caráter econômico surgiram, na região, motivadas pelo incentivo dos financiamentos do FNO. Nessa fase, é necessário

destacar que nem todas as organizações criadas foram produtos da iniciativa sindical.

Posteriormente, as discussões se ampliaram em torno da diversificação da produção para escapar dos riscos da dependência de um único produto, de suas flutuações de mercado e da necessidade de aperfeiçoar técnicas de produção voltadas para a agricultura familiar. Objetivava-se, com isso, levar a população a refletir sobre a sustentabilidade desses sistemas e, ao mesmo tempo, a experimentar novos sistemas criados a partir de observações e práticas vivenciadas pelos próprios agricultores.

Essa fase é tida pelas organizações da região como a **Fase de Experimentação**, com extrema importância na fundamentação das propostas do MPST, pois veio inovar, ir além dos debates, implantar experiências agroecológicas e florestais, e promover esses acúmulos de conhecimentos em torno das questões ambientais, do sistema produtivo, da infraestrutura e das políticas sociais.

No final da década de 90, o MPST adquiriu maior desenvoltura no debate sobre o desenvolvimento local e regional. A elaboração dos primeiros Planos Municipais de Desenvolvimento, as denúncias sobre exploração ilegal de recursos naturais (madeira e extração de palmito), e a implantação de um projeto de formação e de comunicação a partir dos acúmulos de experiências já existentes, também foram ações estratégicas do movimento social da região para esse período.

No final de 1998, em assembléia ordinária da Fundação Viver, Produzir e Preservar, agora pessoa jurídica do MPST, decidiu-se, em razão da nova conjuntura, trocar o nome do MPST para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX. Nesse momento, entendia-se que a luta não era mais

“No final dos anos 90, quando o Governo anunciou que ia acelerar a construção de Belo Monte, o movimento decidiu entrar no debate, pois percebia que precisava retomar a discussão sobre o desenvolvimento. Concluiu-se que era um bom momento para pautar um projeto de desenvolvimento regional. Para isso, precisava haver pressão da opinião pública, pessoas que não expressassem mais o Movimento para Sobrevivência da Transamazônica, mas o debate sobre o desenvolvimento. O Governo, então, divulgava que o movimento era contra a barragem, contra o desenvolvimento. Nesse momento, o movimento percebeu que precisava mostrar que era a favor do desenvolvimento, mas de forma diferente. Acreditava-se que a FVPP não poderia ser a identidade que levava esse debate, então resolveu-se mudar o nome do movimento para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX”

pela sobrevivência, mas sim pelo desenvolvimento. Ao mesmo tempo, incorporava-se a idéia de que essa luta não se restringia aos municípios da região da Rodovia Transamazônica. Sua área de abrangência tinha avançado em direção aos municípios da Bacia do Rio Xingu devido à unificação da região em defesa das suas águas, quando se discutia seu barramento para a construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte.

Esse é o marco inicial de uma nova fase para o movimento social: a fase de consolidação de suas propostas, fundamentadas em acúmulos de conhecimentos concretos nos diferentes segmentos que compõem o movimento, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um projeto mais amplo.

O processo de qualificação das estratégias dos movimentos sociais é de caráter permanente e diretamente proporcional à dinâmica por eles imprimida no cotidiano de lutas. Com a profusão de novas demandas, torna-se imperativo que se avance, redirecionando e/ou definindo novos objetivos.

Busca de um desenvolvimento diferente: debate ambiental e alternativas para a produção familiar

Ao mesmo tempo em que aconteciam os Gritos da Terra e a abertura de diálogo com o Governo, o movimento social da Transamazônica se deparava com mais um desafio: os debates que antecederam a Rio 92, a partir do final da década de 80. Nesse momento, preparava-se a participação do Brasil no evento e verificou-se que a questão da agricultura familiar na Amazônia não estava inserida de forma adequada. À exceção dos extrativistas e populações indígenas, os colonos da Amazônia eram vistos como uma ameaça na mesma dimensão do Projeto Carajás ou das hidrelétricas. Era necessário que o MPST se colocasse nesse debate esclarecendo quem eram, como viviam e o que pretendiam os colonos da Transamazônica.

Em meio a esse cenário, o movimento já vinha buscando estratégias de desenvolvimento diferenciadas e, em 1990, apresentou-se como representante da sociedade civil, abrindo espaço no debate ambiental e expressando que considerava de forma diferente a questão da agricultura familiar. Finalmente, quando começaram as discussões do Plano Global de Desenvolvimento, já se alinhavam na região, ainda que timidamente, algumas alternativas



para a produção familiar na Amazônia. O movimento também se posicionou contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

No entanto, esse “desenvolvimento diferente” ainda não estava bem definido para o movimento. Num primeiro momento, passava pela questão da melhoria da qualidade de vida e do acesso à educação. Apesar de a educação ser o eixo principal das preocupações, havia também a discussão sobre a forma como poderiam trabalhar, evitando-se o desmatamento que muitos haviam presenciado na região da Mata Atlântica.

Os colonos que ocupavam a região vinham de vários locais do Brasil, com vivências muito diferentes. Alguns nunca tinham visto uma floresta, outros tinham ajudado a desmatar os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Havia a preocupação de como fazer para juntar toda essa gente. O desafio não era só pensar um modelo diferente, mas também promover a participação, o engajamento das pessoas nesse trabalho.

A partir de 1992, quando foi aberto o diálogo com os bancos, o movimento social foi pressionado a se colocar sobre como queria esse desenvolvimento e que tipos de financiamentos seriam dirigidos aos colonos. Nesse diálogo, que envolveu as instituições de pesquisa, surgiu a questão dos consórcios, porém com enfoque na fruticultura. O movimento queria também inserir a questão das essências florestais com as fruteiras e de que deveria haver pelo menos um hectare desse sistema para cada família. Posteriormente, os Projetos Demonstrativos – PDA reproduziram, em parte, esse modelo.

O Departamento Nacional de Cooperativismo – Denacoop, do Ministério da Agricultura, também apoiou o debate. O desafio era que o agricultor pudesse escolher o que plantar e que fizesse uma composição que se aproximasse da floresta.

A pesquisa trouxe exemplos de experiências. E foi ficando cada vez mais claro que o desenvolvimento não era mais desmatar. Os colonos já haviam experimentado os pacotes governamentais da pimenta e do arroz, e havia muita gente endividada. E por terem sido testadas muitas coisas que não deram certo, havia muita desconfiança com relação a essa novidade.

“Desenvolvimento, na ótica da colonização implantada pelo Governo Federal em 1970, era desmatar. O colono que não desmatava era tido como preguiçoso.”

“O pacote do arroz foi responsável pelo grande desmatamento”.

Então o consórcio era uma tentativa de o movimento fugir do financiamento para a pecuária. A estratégia do movimento social foi propor o financiamento de pequenos subsistemas. Era uma forma de se preparar para a possibilidade de que, se alguma coisa desse errado do ponto de vista econômico, também a diversificação promoveria a segurança alimentar, quer dizer, asseguraria a sobrevivência. Surgiu, ainda, a questão de usar os produtos da floresta, de causar o menor impacto na região e ter a presença do Estado nos serviços de atendimento básico a população.

Esses primeiros financiamentos, deve-se ressaltar, foram experimentações custeadas pelos próprios agricultores.

Em 1995, grandes ações de massa e debates foram realizadas nos municípios através das lideranças locais e regionais, com o objetivo de discutir os rumos para o desenvolvimento da produção familiar na região e a formulação de políticas públicas. Essas ações também tinham o objetivo de divulgar o Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica como proposta mais consistente, formulada com a participação dos movimentos sociais da região e, portanto, identificada com a realidade e anseios da população.

Durante esses grandes encontros municipais, foram realizados grupos de trabalho com os pequenos agricultores que desenhavam o “lote dos sonhos”, onde optavam por manter uma grande área de floresta primária e declaravam-se conscientes da necessidade de preservá-la. Para transformar esse sonho em realidade, foram planejados investimentos em culturas perenes, criação de pequenos animais, mecanização

da lavoura branca e adoção da pecuária de aptidão mista, de forma a diversificar e otimizar a produção das propriedades e gerar melhoria na renda das famílias.

Esses encontros serviram, também, para direcionar os trabalhos regionais do movimento social a partir das demandas reais dos municípios: necessidades de capacitação dos agricultores, ações para a educação, elaboração de materiais de divulgação das iniciativas promissoras, identificação do potencial produtivo da região, definição das linhas prioritárias de pesquisa, afinação de parcerias com órgãos de pesquisa e definição de bandeiras de luta prioritárias. Nessa época também se discutia a implantação de uma regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará - Fetagri para fortalecer o trabalho dos sindicatos e, conseqüentemente, da agricultura familiar na região.

O movimento, juntamente com a Fetagri regional e a FVPP, iniciou, a partir de então, um trabalho de apoio à elaboração de projetos produtivos baseados em princípios agroecológicos de uso dos recursos naturais, com a perspectiva de envolver toda a cadeia produtiva, bem como viabilizar fundos de financiamento.

Foi nessa época que se iniciaram as discussões nos municípios da região sobre o Roça Sem Queimar, as Reservas Comunitárias de Porto de Moz, e o projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais nos Lotes dos Pequenos Produtores Rurais de Pacajá e Medicilândia. A liberação dos recursos para implantação dos projetos aconteceu um pouco mais tarde. Alguns foram liberados em 1998, outros em 1999.



Projeto Roça Sem Queimar

Objetivo: desenvolver e disseminar técnicas de preparo de área para plantio sem o uso do fogo na Região Transamazônica e do Xingu.

Área de atuação: 11 municípios da região.

Foco estratégico: implantação de 150 ha de sistemas agroflorestais sem uso do fogo.

Beneficiários: 150 produtores familiares rurais em projetos individuais e para todos os associados dos 11 STRs em projetos coletivos.

Apoio: Coordenadoria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente.

Implantação de Reservas Comunitárias

Objetivo: incentivar o uso múltiplo da floresta, visando ao uso sustentável dos recursos para consumo interno e à comercialização do excedente como incremento à renda das famílias envolvidas.

Área de atuação: comunidades dos Municípios de Porto de Moz e de Altamira.

Foco estratégico: diagnóstico participativo, delimitação da área comunitária, inventário florestal de uso múltiplo, restituição dos resultados dos estudos e investimentos públicos na área.

Beneficiários: populações ribeirinhas existentes nas áreas ao longo dos rios Xingu, Iriri, Anfrísio e Amazonas, e nas cidades de Altamira e Porto de Moz.

Apoiadores: Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Socioambiental - ISA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará - Fetagri/PA

Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais nos Lotes dos Pequenos Produtores Rurais de Pacajá e Medicilândia.

Objetivo: implantar alternativas econômicas significativas nos lotes dos pequenos produtores rurais, com o objetivo de valorizar e conservar suas reservas florestais.

Área de atuação: municípios de Pacajá e Medicilândia, ao longo da Transamazônica.

Foco estratégico: levantamento dos recursos florestais não madeireiros das propriedades; organização das mulheres que irão trabalhar com medicina caseira e artesanato; produção de mel e derivados, extração e transformação dos produtos florestais não madeireiros; estudo de mercado para os produtos extrativistas não madeireiros e apícolas.

Beneficiários: 200 famílias diretamente envolvidas na apicultura e/ou extração de produtos não madeireiros.

Apoio: Projetos Demonstrativos — PDA, do Ministério do Meio Ambiente

Mudanças promovidas pela ação do movimento social como agente de desenvolvimento regional



A experiência apoiada pelo PDA, juntamente com outras ações voltadas para a produção agroecológica, ações de formação e capacitação, bem como aquelas voltadas à questão de gênero e gerações, visam fortalecer o produtor familiar como forma de chegar-se ao desenvolvimento sustentável da região, através de mudanças profundas no cotidiano das famílias e das organizações envolvidas.

As atividades produtivas nas propriedades davam-se até então em função dos financiamentos existentes que padronizavam toda a produção local, com a introdução de uma cultura tida como de bom potencial para a região, no caso o cacau, e também de culturas de subsistência como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão. Dessa forma, as oscilações de preço do cacau deixavam os agricultores da extensa Região Transamazônica totalmente vulneráveis, o que os levava a abandonar a lavoura e, muitas vezes, o campo.

Hoje em dia, o agricultor, além de ter a sua propriedade diversificada com a introdução de novas atividades produtivas, incorporou novas práticas de produção alternativas, visando à independência da propriedade com relação a insumos externos e também ao aproveitamento dos recursos existentes.

Como exemplo dessas atividades podem ser citadas:

- implantação de esterqueiras para produção do esterco orgânico;
- uso de plantas fixadoras de nitrogênio para a cobertura dos solos e como forma de melhorar a fertilidade;
- produção de mudas na propriedade para eliminar gastos com o transporte. Na região, muitos problemas provenientes do transporte de mudas inviabilizaram projetos de FNO, uma vez que a época do plantio coincide com a época das chuvas, quando é difícil o acesso às propriedades. Essas dificuldades levam alguns agricultores a arrancar a muda da sacola, levar para a lavoura e plantar a muda de raiz nua, o que resulta numa lavoura mal desenvolvida e com um desempenho muito inferior ao calculado pelo projeto, refletindo negativamente na produção e na capacidade de pagamento do financiamento;
- criação de abelhas e peixes como forma de diversificar a produção e o consumo, melhorando a dieta alimentar das famílias e, por conseguinte, a sua saúde;
- enriquecimento da mata com espécies de valor econômico;
- implantação de lavouras sem uso do fogo no preparo da área (Roça Sem Queimar);
- uso de técnicas de prevenção, controle e redução de queimadas através do Projeto PROTEGER - Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia.
- conservação das matas ciliares e dos recursos hídricos;
- extração e aproveitamento dos recursos florestais na alimentação, no artesanato e na medicina através do manejo dessas florestas;
- aproveitamento de madeira caída;
- implantação de lavouras e pastagens consorciadas com espécies florestais nativas e de valor econômico;
- uso da tração animal;
- implantação de culturas diversificadas, perenes e anuais, nas propriedades.

As relações de trabalho e de poder de decisão nas famílias também mudaram. A opinião dos jovens e das mulheres, que antes era considerada como desafio à autoridade dos esposos, agora passou a ser vista como uma necessidade, em função da nova conjuntura social e econômica, e, portanto, mais valorizada. Foram incorporados novos instrumentos, como o planejamento da propriedade a curto, médio e longo prazos.

Com base na sustentabilidade econômica, social e ambiental, uma nova concepção de desenvolvimento foi criada a partir da prática dos agricultores, levando-os à observação e à reflexão sobre os acontecimentos em sua propriedade e região.

Essas mudanças no setor produtivo resultaram numa maior organização da produção e geraram renda e oportunidades de ocupação para a família, evitando, assim, a migração para as cidades.

Os ganhos econômicos podem ser verificados através da melhoria do poder aquisitivo das famílias, refletida nos investimentos nas residências, na aquisição de um meio de transporte ou até na aquisição de um instrumento de trabalho: máquinas, animal de transporte, etc. Pode-se destacar, ainda, o cuidado dispensado com a saúde da família: tratamento dos dentes, da pele, dos cabelos, e a melhoria da dieta alimentar.

Outro aspecto importante a ser citado é a elevação da auto-estima dos(as) trabalhadores(as) rurais, o que os leva à inserção na sociedade como autores de conhecimentos importantes e, portanto, capazes de provocar mudanças significativas.

A contribuição das experiências do PDA deu-se de forma muito consistente com relação ao aspecto ambiental, contribuindo para a valorização da mata em pé, a partir do seu uso econômico e sustentável, da conservação do solo, dos recursos hídricos, da qualidade do ar e da biodiversidade.

Nos dois municípios onde aconteceu a experiência do Projeto PDA de Valorização e Conservação dos Recursos Florestais, notou-se uma grande evolução, através da inserção das reservas no sistema produtivo das propriedades. As famílias passaram a explorar, de forma sustentável, os cipós, as fibras, os óleos de copaíba e andiroba. Conseguiram, também, extrair a castanha-do-pará, colher frutos como o açaí, o cupuaçu, etc. No entanto, o potencial das reservas ainda não está sendo explorado tanto quanto poderia. Falta, por exemplo, trabalhar com madeira e plantas ornamentais para que a produção seja significativa, permanente e torne essas atividades lucrativas para as famílias.

A integração do projeto com outras ações foi essencial para o seu sucesso na promoção do desenvolvimento sustentável da região, tornando a Fundação Viver, Produzir e Preservar uma referência regional nas discussões e proposições sobre o assunto.

Nos municípios, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Casas Familiares Rurais são as instituições que se destacam, sendo constantemente procuradas por diversos visitantes, por estudantes dos diversos níveis de formação, por professores e outros interessados em promover palestras, seminários e oficinas, participar de feiras de ciências e outras programações sobre desenvolvimento sustentável.

O Projeto PDA serviu como base para a formulação de políticas florestais na região. Algumas delas, inclusive, já estão sendo implantadas. É o caso do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia - Proambiente, das Unidades de Conservação, um modelo de ordenamento do território.





Conquistas

do Movimento Social na Região da Transamazônica




A busca por um “desenvolvimento diferente” ainda não se encerrou na região da Transamazônica. No entanto, o movimento social, hoje fortalecido após trinta anos de luta, tem mais clareza do que vem a ser esse desenvolvimento e está apto a dialogar com os diferentes níveis de governo e com outras entidades da sociedade civil, além de instituições internacionais.

Na construção do desenvolvimento diferenciado, algumas vitórias no âmbito das políticas públicas podem ser elencadas: o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - Proambiente, nascido no Grito da Terra do ano 2000; o Fundo Dema, de apoio a pequenos projetos de desenvolvimento sustentável na região da Transamazônica; o Projeto de Consolidação da Produção Familiar e Contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Xingu, que inclui a construção de 12 Casas Familiares Rurais; a proposta do Roça Sem Queima, inserida como sistema de produção apoiado pelo Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas, componente dos Projetos Demonstrativos e implementado no âmbito do MMA; a criação das Reservas Extrativista do Riozinho do Anfrísio e Verde para Sempre, na região de Altamira, que traz uma das propostas de política fundiária do movimento para a região.

Enfim, são muitas conquistas que ainda precisam ser consolidadas, mas que testemunham o sucesso de uma caminhada que começou na luta pela sobrevivência e hoje entende que essa luta depende de uma forma diferente de desenvolver-se e relacionar-se com a natureza e com as pessoas.



Proambiente



O Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Produção Familiar Rural da Amazônia - Proambiente, como não poderia deixar de ser, foi lançado num Grito da Terra, em 2000, e passou por um período de transição, entre 2002 e 2003, com apoio dos Projetos Demonstrativos - PDA/MMA e do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA/MMA. Na concepção do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2004 a 2007, foi inserido como uma política pública a ser implantada na Amazônia e em outros biomas no território brasileiro. É, portanto, uma política pública que nasceu dos movimentos sociais da Amazônia.

A Região Transamazônica deu uma contribuição muito importante para o programa, estabelecendo-se como um dos pólos de implantação com 500 famílias beneficiárias e contando com o apoio e participação de representantes nas Câmaras Estadual e Federal eleitos na região, para a divulgação e discussão da proposta.

A grande inovação do Proambiente é a previsão de remuneração de serviços ambientais para compensar a cobertura dos custos dos agricultores familiares na transição para sistemas de produção sustentáveis. Esse projeto também inclui:

- controle social e gestão participativa entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada, por meio do Conselho Gestor Nacional do Proambiente, atendendo a uma bandeira histórica dos movimentos sociais rurais;
- controle social e gestão participativa local entre os governos estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através dos conselhos gestores dos pólos;
- ordenamento territorial, por meio da formação de pólos (compostos por um conjunto de associações de produtores e cooperativas), baseados em aspectos sociais, culturais, geográficos e naturais. A formação de Pólos também estimula a adesão coletiva ao Programa Proambiente;
- fortalecimento de organizações sociais dos Pólos, buscando a identificação, consolidação e fortalecimento de arranjos produtivos locais;
- assessoria técnica e extensão rural qualificada, com conceitos de produção e conservação ambiental internalizados pelos técnicos e famílias beneficiárias;
- crédito rural diferenciado e regionalizado, com a participação ativa das famílias na elaboração e aplicação de projetos técnicos oferecidos pelos bancos operadores;

- elaboração participativa do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo, abordando aspectos externos, como integração, beneficiamento, escoamento e comercialização da produção, bem como a implementação de infra-estrutura, em parceria com as prefeituras municipais da base territorial do Pólo;
- elaboração dos planos de utilização das unidades de produção, com análise dos objetivos do manejo e dos pontos críticos de conversão qualitativa de uso da terra, escala espacial e temporal de uso dos recursos naturais, e definição de áreas de produção, de preservação permanente e de reserva legal. A construção desses planos conta com a participação de todos os membros da família, servindo de referência para qualquer intervenção de políticas públicas em sua unidade de produção. No caso específico da aplicação de financiamentos, os planos de utilização das unidades de produção têm o propósito de focar o crédito rural no contexto geral da propriedade, considerando a demanda de capital e a capacidade de mão-de-obra da família, em vez do conceito historicamente trabalhado, com foco em produtos isolados.
- certificação participativa e remuneração de serviços ambientais prestados às sociedades brasileira e internacional, tais como redução do desmatamento, do seqüestro de carbono atmosférico, restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas, conservação e preservação da biodiversidade e dos solos, redução da inflamabilidade da paisagem, troca de matriz energética e eliminação de agroquímicos.

No pólo pioneiro da Transamazônica, o Proambiente atende aproximadamente 340 famílias dos Municípios de Pacajá, Senador José Porfírio e Anapu. Esses municípios já elaboraram seu diagnóstico rural participativo e seu plano de desenvolvimento local sustentável. A etapa seguinte é a dos planos de utilização da unidade de produção para os próximos 15 anos, respeitando as normas do programa.

O desafio do Proambiente é implementar o **Fundo Ambiental do Proambiente**, que proverá o pagamento pelos serviços ambientais para os agricultores no valor de meio salário mínimo por mês. No ano seguinte, se o agricultor estiver cumprindo o acordo, ele receberá a certificação e continuará recebendo pelo seu serviço; se não, a sua certificação será suspensa e o pagamento automaticamente cancelado.

O fundo ambiental é composto por dinheiro do Governo e por doações de empresas e organizações nacionais e internacionais comprometidas com o desenvolvimento sócio-ambiental do Planeta.

O produtor que também desejar pegar crédito bancário terá acesso ao crédito produtivo do Proambiente, que, no entanto, é opcional.

A elaboração do Proambiente durou mais de três anos e constitui a maior conquista dos produtores e produtoras familiares da Amazônia nos últimos anos. Esse programa representa, também, a maior demonstração de que vale a pena acreditar no sonho de uma vida digna no campo vinculado ao uso sustentável dos recursos naturais.

Lançamento do “Fundo Dema”

Para entender o que é o Fundo Dema, faz-se necessário voltar um pouco na história.

Tudo começou com uma visita do então Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, em agosto de 2002, para verificar denúncias de exploração ilegal de mogno na região. A madeira apreendida era explorada ilegalmente da “terra do meio” e escoada pelo Rio Xingu. Nessa ocasião, o Ministro, que já conhecia o trabalho realizado pela FVPP, visitou a entidade.

Durante o encontro, o Ministro falou de sua preocupação com o meio ambiente na região e declarou que, ao ver toda aquela madeira numa das praias da cidade, pensou em destiná-la a um leilão, para promover benefícios sociais com o dinheiro arrecadado. A conversa continuou e despertou a seguinte preocupação: se a madeira fosse leiloada, quem seria beneficiado? Só os grandes madeireiros teriam estrutura para isso e aí pouco teria adiantado a apreensão. Como fazer, então, para dar um destino justo ao mogno apreendido?

A FVPP foi, então, indicada para elaborar e apresentar ao Ministério do Meio Ambiente uma proposta de uso dessa madeira. Eram seis mil toras de mogno, correspondente a 14.700 m³ de madeira. A proposta inicial, já na gestão do atual Governo Federal, foi de fazer o beneficiamento primário da madeira, ou seja, a serragem, vendê-la e, com o lucro da venda, doar 30% do recurso arrecadado para o Programa FOME ZERO. Os 70% restantes seriam aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável na região,

inclusive no trabalho com artesãos e marceneiros locais para organizar e fortalecer o setor.

A proposta teve grande aceitação das organizações locais. No entanto, o Ministério não a considerou bem fundamentada legalmente e sugeriu que a madeira fosse doada a uma organização da região, com a condição de que, com o lucro da venda, fosse criado um Fundo Permanente, cujos juros originários seriam destinados ao financiamento de projetos socioambientais.

Após ser aceita pelas instituições locais, a proposta começou a ser trabalhada no sentido de serem realizados estudos quanto aos trâmites legais do termo de doação, à procura de uma madeireira certificada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, à escolha de um nome para o fundo, à criação do comitê que acompanharia os trabalhos realizados, etc.

A doação, então, foi feita para a Federação de Assistência Sócio Educacional - Fase. A gestão do fundo seria feita por um comitê formado por dois representantes de cada uma das três instituições locais que se empenharam no processo desde o início: a FVPP, a Prelazia do Xingu e a Fase.

Após todas as análises necessárias, um contrato de beneficiamento e comercialização da madeira foi feito com a Cikel Brasil Verde, uma empresa madeireira com três anos de atuação no Pará, sem registros de conflitos com a população nas áreas onde atua, que possui o selo verde outorgado pelo FSC e, ainda, a maior área nativa certificada do País. Essa empresa, destaque-se, vem buscando organizar a sua produção de forma sustentável.



A doação do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, o Ministério Público, as ONGs e o movimento social da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia.

Nesse contexto, foi criado o Fundo Dema, que simboliza o início de uma nova era, em que a perspectiva de vida sobrepõe à da morte e da destruição, em que se busca a garantia do uso sustentável da floresta, do direito à água limpa e saudável, ao ar de boa qualidade, à terra e à vida digna para as presentes e também para as futuras gerações.

A escolha do nome **Fundo Dema** foi uma homenagem ao sindicalista Ademir Fredericci, conhecido por Dema, que perdeu a vida porque se opôs ao sistema de impunidade e porque defendia um projeto sustentável em que homens e mulheres tivessem direito e dignidade de viver bem. Dema sonhava e lutava por esse modelo diferenciado de sociedade e que, agora, tem seu início em pequenas ações como essas.

Em 31 de março de 2006, o Comitê Gestor do Fundo Dema lançou seu quarto edital de seleção de projetos. As Regiões de abrangência priorizadas foram, Terra do Meio, Transamazônica, Baixo e Alto Xingu e BR 163 nos seguintes municípios: São Felix do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga, Aveiros, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá e Santarém/Belterra/Prainha.

“Ademir Fredericci, o querido Dema, nasceu no Paraná e aqui chegou no final da década de 70 em busca de terra para plantar. Conseguiu comprar a sua terra porque, naquela época, não tinha mais terra do Incra. Ele chegou no período do trabalho das organizações de base e ajudou no processo de criação do movimento. Quando foi criado o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, o Dema veio de Medicilândia para assumir essa função de coordenador do MDTX. Pela forma pacífica e conciliadora com que ele trabalhava, não esperávamos que fosse assassinado. Dias antes do assassinato, o MDTX tinha levado uma carta de apoio à Polícia Federal, que havia se instalado no município para investigar os envolvidos na corrupção da Sudam. O Dema também tinha denunciado a extração de madeiras em áreas indígenas em Medicilândia e a existência de um cemitério de carros. Uma das atividades do Dema era o trabalho de articulador da construção de Belo Monte.”

Projeto de consolidação da Produção Familiar e contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Xingu



Em outubro de 2003, aconteceu, em Altamira, a **II Conferência Popular da Transamazônica**, um grande evento que reuniu autoridades estaduais e nacionais e lideranças de toda a Transamazônica para discutirem o desenvolvimento sustentável da região e firmar compromissos nesse sentido.

Estavam presentes instituições e órgãos governamentais de pesquisa e de extensão, como universidades, Embrapa, Ministério das Ciências e da Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério das Minas e Energia – Secretaria de Energia Elétrica, Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Representantes do Senado Federal, da Câmara de Deputados, da Assembléia Legislativa do Estado, da Fetagri, e outras instituições, que aproveitaram o momento para reforçar o compromisso de parcerias nesse trabalho coletivo.

O evento, promovido pela FVPP e por movimentos sociais da região, tinha como objetivo apresentar o projeto de consolidação da produção familiar e contenção dos

desmatamentos na Transamazônica e Xingu aos governos e à sociedade civil, e ouvir das autoridades o que elas tinham a dizer sobre a proposta.

Empresariado local, madeireiros e fazendeiros também estavam presentes e se manifestaram contrários à proposta, de forma bastante radical e desorganizada, agredindo verbalmente as autoridades presentes, inclusive com ameaças em público durante o pronunciamento do Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário.

Essa atitude hostil, porém, não intimidou as autoridades e o Ministro que, apesar de sentir o clima tenso que se estabeleceu a partir daquele momento, foi bastante claro ao afirmar que não existe unanimidade na sociedade, e que os interesses do desenvolvimento são distintos entre grupos econômicos heterogêneos.

Durante a conferência foi reforçado o compromisso de eliminar a repetição de fracassos sociais, econômicos e ambientais, e compreender as potencialidades reveladas pelas comunidades locais, necessárias para a execução de projetos sustentáveis que garantam dignidade e renda para a população.



Uma das grandes conquistas desse evento foi um contrato de cooperação firmado entre o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a FVPP para a construção da estrutura física de 12 Casas Familiares Rurais, uma em cada município da região, e um Centro de Formação para a FVPP.

O projeto baseia-se nas experiências realizadas ao longo de todos esses anos em atividades produtivas e sustentáveis, inclusive quanto à inclusão social.

Apesar das divergências, a conferência conseguiu mostrar a organização de uma sociedade que quer participar de uma política de desenvolvimento, de conquistas estratégicas para todo o povo da região, e não apenas uma política de desenvolvimento excludente e concentradora que promove as diferenças sociais.

Política Fundiária

A criação, em dezembro de 2004, de um conjunto articulado de áreas protegidas na região denominada Terra do Meio era uma reivindicação do movimento social que, apoiado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, do MMA, resultou na criação da *Estação Ecológica da Terra do Meio*, com 3.373,111 hectares (segunda maior do País), e de duas reservas extrativistas, a do Riozinho do Anfrísio, entre os rios Iriri e Xingu, com 736,34 mil hectares, no Município de Altamira, e a Verde Para Sempre, com 1.288,7 mil hectares, no Município de Porto de Moz.

Após muitos anos de conflitos e o assassinato de trabalhadores rurais, a criação dessas áreas injeta novo ânimo nas populações extrativistas que historicamente habitam a região.

Contudo, para o movimento social, ainda existem muitas ameaças na região, porque essas áreas constituíam o foco da realização de atividades ilegais, como a extração ilegal de madeira, a invasão de terras indígenas e a perseguição de populações tradicionais.

Considerações Finais:

Entraves e Desafios Atuais para o Movimento Social na Transamazônica

O desenvolvimento sustentável, como se sabe, não é um conceito acabado. É um novo ponto de partida para as discussões sobre o desenvolvimento.

Sabe-se, também, que é possível desenvolver novos sistemas de produção, novos produtos conectados com as necessidades de uma sociedade sustentável, criar novos sistemas de produção e distribuição e incorporar considerações sobre a sustentabilidade nas estratégias comerciais das empresas.

Nesse contexto, a Região Transamazônica constitui-se num dos últimos remanescentes de florestas do Estado. Isso porque grande parte de suas terras é pública (Incra, Instituto de Terras do Pará - Iterpa), enquanto aquelas de propriedade particular estão, na sua maioria, nas mãos de pequenos agricultores. Esse fato faz com que a região seja alvo de grileiros, madeireiros, fazendeiros, pecuaristas e grandes produtores de soja vindos de outras regiões do Brasil, atraídos, até então, pela fácil aquisição de áreas extensas de terra e florestas para retirada de madeira.

Soma-se a esse cenário a grande expectativa da implantação de um complexo hidrelétrico na região. Um investimento na ordem de R\$ 12,5 bilhões de reais, que promete trazer o crescimento e o desenvolvimento da região através da oferta de inúmeras oportunidades para a população. Ressalte-se que os impactos sociais e ambientais do projeto são também numerosos e inquestionáveis, principalmente para o município sede e aqueles confrontantes da obra.





Os movimentos sociais da Região Transamazônica vêm promovendo o desenvolvimento sustentável da região através do fortalecimento da produção familiar. Seus principais desafios para chegar a esse futuro desejado podem ser assim resumidos:

- promover o uso eficiente dos recursos existentes, valorizando e inovando a produção local e a distribuição de seus produtos;
- buscar a auto-suficiência dos sistemas da região, a ampliação de sua capacidade de produção com a estratégia de agregar valor aos produtos (agroindústrias), e a geração de oportunidades de ocupação e incremento da renda, como condição básica para que a vida no meio rural atinja patamares mínimos de dignidade;
- fortalecer a sociedade civil através de suas organizações, que representam os anseios dos diferentes grupos humanos que a integram;
- convencer os agentes governamentais a respeito da urgência com que deve ser equacionada a ausência de infra-estrutura básica de estradas, do transporte, da saúde, da educação, do trabalho e da proteção às famílias no campo, estimulando a permanência dos agricultores no meio rural e reduzindo o êxodo para as cidades;
- buscar crédito que apóie e dê subsídios para a produção sustentável, a comercialização e a remuneração dos serviços ambientais gerados por esse modo de produção;

De um lado, então, há os movimentos sociais organizados que conseguem avançar na implantação de suas propostas inovadoras e mostrar a viabilidade da produção sustentável. De outro, a dinâmica da destruição dos recursos naturais, implantada pelos grandes pecuaristas, fazendeiros e madeireiros que, acostumados a agir livremente, querem continuar devastando, queimando as florestas, expondo os recursos hídricos e os solos aos mais diversos riscos, liquidando com a biodiversidade.

É importante ressaltar que, para essa parcela da sociedade, o desenvolvimento acontece dessa forma, pois esse sistema, avaliado como improdutivo, no caso a mata, estaria agora gerando renda, emprego, e uma série de benefícios para a sociedade. A caracterização “Desenvolvimento Sustentável” é vista como uma ameaça para o lucro, como uma visão de ambientalista sem muita importância.

No entanto, são dois projetos de desenvolvimento muito diferentes e os dois não podem ocupar o mesmo espaço. Estabelece-se, então, uma disputa que coloca frente a frente produtores familiares da região, madeireiros, grileiros e fazendeiros. Soma-se a isso o fato de que, no momento atual, encontra-se estabelecido em nível nacional um cenário de condições favoráveis para a prática da democracia. E não se pode negar que os movimentos sociais organizados encontram-se à frente nesse processo.

Descobrimo
o Valor da Floresta:
Uma
Experiência
interessante





...Depois de um longo período de lutas e de reivindicações, os movimentos sociais da Transamazônica perceberam que era hora de buscar algo mais concreto para os agricultores da região, experimentar coisas novas porque o modelo de agricultura implantado pelo governo, através de pacotes econômicos e em grandes projetos, não estava dando certo. Para isto era necessário buscar uma fonte de apoio alternativo para colocar em prática a idéia de diversificar a produção, de aproveitar os recursos existentes na propriedade, de produzir sem destruir melhorando ao mesmo tempo a renda e conseqüentemente a qualidade de vida de sua família. Os diálogos relatados abaixo representam parte da fala dos envolvidos em uma das experiências apoiadas pelo MMA, na região da Transamazônica. Após a criação do Programa Piloto, o MMA deu início a uma fase de apoio a experiências inovadoras de uso sustentável de recursos naturais que buscassem novos rumos para o futuro do desenvolvimento na Amazônia e a conseqüente melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Essa era uma das principais preocupações do seu Domingos e de muitas outras lideranças agricultoras da região: Seu Domingos, por exemplo, já sabia o que eram os pacotes do governo e não pretendia continuar trabalhando exaustivamente sem resultados econômicos positivos. Sabia também da existência da lei que na Amazônia permite ao agricultor desmatar apenas 20% da sua propriedade de forma que 80% fique para a reserva legal. Desta maneira não tinha alternativa a não ser buscar novas formas de vencer esses desafios. E é sobre os novos desafios que Zé da Mata e Domingos estão falando:

— O primeiro desafio, companheiro Zé da Mata, será conseguir mostrar na prática algum retorno econômico mantendo a mata em pé.

Zé da Mata concorda, destacando a importância da floresta para os remédios naturais, únicos muitas vezes no tratamento das famílias dos agricultores, ribeirinhos, extrativistas.

— Por isso a mata deve ser vista como fonte de saúde também.

— É isso mesmo, Domingos, devemos desenvolver uma experiência que sirva de modelo para que outras pessoas façam o mesmo no futuro, quanto mais gente preservando os recursos naturais melhor para o meio ambiente e para o planeta.

Domingos e Zé da Mata são agricultores como milhares de outros que chegaram de diversas regiões do Brasil para a Transamazônica ainda muito jovens. Muito cedo, se depararam com a dura realidade de viver numa região abandonada por parte dos governos municipais, estaduais e federais. Incentivados pelas Comunidades Eclesiais de Base começaram a participar dos grupos de jovens e das discussões do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Essas organizações tinham um acúmulo de experiências e reflexões acerca da política agrícola difundida pelo governo.

Domingos e Zé da Mata, a exemplo de tantos outros agricultores, acompanharam as primeiras discussões sobre a criação de organizações coletivas, em busca de melhoria das condições de vida da população dessa região que culminou na criação de uma organização regional que recebeu o nome de Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST. Esse movimento teve uma coordenação eleita por mais de 40 organizações locais e tinha como objetivo buscar melhorias de condições de vida da população assentada, cujo projeto de colonização foi abandonado completamente pelo governo por volta de 1980.



Zé da Mata partia do princípio de que a mata tem uma diversidade muito grande de espécies e sempre dizia:

— Você já parou para imaginar a variedade de plantas que tem num hectare de mata, podemos tirar dali, desde folhas e raízes medicinais, a frutos, óleos, sementes, cipós, flores?

— Pois bem Zé da Mata, enquanto moradores da Amazônia devemos valorizar mais a nossa rica floresta. Lembra daqueles seminários que fizemos nos municípios em que decidimos investir no uso da mata, nas culturas perenes e também em pequenos animais?

Seu Domingos começava a falar de uma série de seminários realizados nos 11 municípios da região. Uma iniciativa do MPST e dos STR para discutir os rumos da produção familiar na região e definir linhas de ação para o movimento regional.

— Sim, Domingos lembro, aquele do ano passado, que a gente até desenhou o “lote dos sonhos” não foi? Pois é, precisamos achar meios para torná-lo realidade.

E Domingos muito empolgado continua a falar:

— Bem, eu acho que podemos seguir as sugestões, por exemplo: podemos criar abelhas, produzir o mel, pensar um projeto para capacitar os agricultores e fornecer material básico para implantar as experiências apícolas e florestais. Podemos começar com um projeto-piloto. Temos um companheiro que pode ajudar: o Jota, rapaz recém chegado de Santarém com experiência no trabalho com apicultura.

— Então vamos escrever o projeto, uai, e buscar um apoiador. Diz Zé da Mata.

— Rapaz, eu ouvi falar num Programa chamado PDA, Programa Demonstrativo da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente que apóia esse tipo de iniciativa. Precisamos nos reunir com os presidentes dos Sindicatos de Medicilândia e Pacajá e os agricultores para conversar sobre isso e acertar os detalhes.

A mobilização dos companheiros ao longo da Transamazônica e nas vicinais para discutir o tal projeto, ficou por conta do seu Antonio, mas havia um certo temor, o medo e a desconfiança do novo era uma reação comum entre os agricultores.

Durante um encontro, à sombra de uma mangueira, para discutir o projeto PDA, Antonio e Zé da Mata estavam presentes. Durante o evento que reuniu organizações de vários municípios, o grupo articulou uma reunião com os presidentes dos sindicatos e lideranças dos dois municípios (Pacajá e Medicilândia) escolhidos para sediar o projeto piloto. Nessa conversa a coordenação do MPST e da Fetagri discutiram a proposta do projeto e marcaram uma data para se reunirem também com os agricultores interessados. Os dois municípios encontravam-se num processo bastante avançado de discussão acerca do fortalecimento da produção familiar como mecanismo para se chegar ao desenvolvimento sustentável. As lideranças locais demonstravam um interesse muito grande em ajudar na condução desse processo de conscientização e, com certeza, teriam grande facilidade em mobilizar as famílias para o trabalho.

Estava iniciada a discussão que culminou na elaboração do **Projeto de Valorização e Conservação dos Recursos Florestais das Reservas Legais dos Lotes de Pequenos Agricultores dos Municípios de Pacajá e de Medicilândia**, mais uma das idéias “malucas” que ainda ia dar muito o que falar na região. Durante o evento era visível que outras preocupações também ocupavam o cotidiano das organizações: seu Domingos e seu Tião, presidente do STR de Pacajá conversavam sobre a necessidade de algumas lideranças do grupo estarem ocupando espaços no poder público, como forma de fazer acontecer as melhorias tão esperadas por todos os homens, mulheres, jovens e crianças. Tião, bastante confiante fala com Domingos:

— Temos lideranças políticas muito competentes no nosso grupo, pessoas que

defendem os nossos interesses, a agricultura familiar por exemplo, e se não nos cuidarmos vamos ficar dependendo de políticos que não dão a mínima pras nossas questões.

— Pois é, companheiro! Se manifesta

Domingos:

— Temos que fortalecer nossas organizações para que a gente possa entrar nessa disputa, tanto no nível local quanto estadual, nós temos que garantir os espaços que pudermos, vereadores, prefeitos, deputados.

A disputa política na Transamazônica é bastante acentuada, se dá principalmente entre as visões de desenvolvimento existentes junto com os agricultores familiares e alguns grupos econômicos (empresários, comerciantes, políticos, fazendeiros, madeireiros), que aliados comandam a política local, dão os nortes da economia subsidiados por recursos públicos e injetam grande quantidade de capital na campanha dos candidatos que representam seus interesses, enquanto os agricultores continuavam abandonados.

— Claro compadre! Uma saída para isto é organizar fortemente as bases para compensar a escassez de recursos financeiros, e por outro lado buscar garantir melhorias para a agricultura, diz Domingos.

A conversa não demorou muito, pois a energia que era tocada por motor a diesel tinha hora para acabar, e exatamente às 22 horas o caseiro da chácara desligou o motor fazendo com que todos se acomodassem mais cedo.



O dia marcado para a reunião nos municípios onde seria implantado o projeto chegou e os agricultores discutiam ansiosos sobre a proposta. Uns acreditavam e já faziam

seus planos, outros estavam meio receosos, enquanto alguns estavam querendo ver pra crer.

E lá estava seu Zé da Mata, conversando animadamente com os agricultores.

Pedro, que era do Piauí estava muito animado, pois sempre trabalhara com as ervas medicinais em seu Estado de origem, e estava ali porque seu objetivo era aprender mais.

Dona Iracema, paranaense, meio desconfiada com as abelhas dizia:

— Esse projeto é uma necessidade, porque a gente sempre compra o mel, só fiquei meio cismada porque sabemos que as abelhas ferram, mas como o presidente do sindicato disse que vem o equipamento completo, então autorizei botar o meu nome.

— Deus ajuda que dê certo!

Outros presentes referendavam a idéia do projeto e animavam os companheiros, Pedro era um desses:

— Meu vizinho acha que a gente tá ficando doido! Porque se vamos fazer um projeto pra manter a floresta em pé como é que vamos plantar a lavoura ou a pastagem?

Então eu respondi:

— Ter 20% do lote com lavouras já seria suficiente, basta saber trabalhar, não é preciso desmatar tudo para viver.

Depois de discutida amplamente a proposta com as lideranças e os agricultores, o comando regional do MPST elabora o projeto e envia ao PDA. A resposta da aprovação do projeto demora a vir e os agricultores já, desacreditados de tudo numa região que vive de promessas, estavam desiludidos. Mas um dia o coordenador do projeto mandou avisar no Sindicato que o projeto havia sido aprovado e o dinheiro para implantação já estava na conta.

Todos ficaram muito animados, era o primeiro apoio dado pelo MMA para iniciativas de desenvolvimento na agricultura familiar na região. Mesmo sendo final de ano, os trabalhos começaram animados pela coordenação. Logo se iniciaram os contatos com os agricultores, as compras de equipamentos, veículo e materiais e a contratação de uma equipe técnica para acompanhar o trabalho junto aos agricultores.

As primeiras reuniões nos municípios foram articuladas pelos sindicatos envolvidos. Durante essas ocasiões o coordenador do projeto, juntamente com os presidentes dos sindicatos e representantes de algumas associações locais, fazia os informes sobre o projeto e ressaltava mais uma vez a sua importância. Também foi feito um ajuste no número de famílias, bem como a sua organização em grupos, de forma que as atividades fossem feitas nas vicinais, na sede dos municípios, além de intercâmbio juntando pessoas dos dois municípios.

As primeiras experiências com abelhas, deixaram todos os envolvidos muito curiosos e nervosos ao mesmo tempo. “Será que esta roupa vai impedir as abelhas de nos ferrar?” Esta era a primeira pergunta. Mas com os cursos todos viram que era coisa simples. Muitas mulheres que acompanhavam seus maridos na reunião se interessaram pelo assunto, tanto é que muitas delas no futuro assumiram o projeto em seus lotes.

Durante a implantação do projeto aconteceu um fato que deu o que falar: Jota, o monitor da Casa Familiar Rural de Pacajá, principal animador do projeto, levou um grupo de alunos para tirar mel de um apiário e como tinha mais aluno do que roupa dividiu o grupo em dois, de forma que os alunos que não estivessem protegidos ficassem bem distante da colméia. Mas a curiosidade de todos era do mesmo tamanho, e lá se foi ele com os alunos para tirar o mel. Quando mexeram na colméia, as abelhas que eram de origem africana, espécie mais valente que a européia,

não perderam tempo e saíram atrás dos alunos sem proteção. Já era noite, e o Jota estava juntando os meninos que se espalharam correndo das abelhas. Felizmente, além do pânico e de algumas picadas, nada de mais sério aconteceu e todos deram boas risadas. Assim o projeto seguiu seu curso e muitas atividades foram realizadas.

Certa ocasião, numa oficina de artesanato em Pacajá em que participaram agricultores, agricultoras, jovens e lideranças também de Medicilândia, o momento foi de muita troca de experiências. Durante os intervalos na oficina eles aproveitavam para conversar sobre o projeto e a realidade dos dois municípios. Era grande a curiosidade de todos (as) os(as) participantes, inclusive da Bernadete, jovem aluna da Casa Familiar Rural de Pacajá, que queria saber mais sobre Medicilândia, local onde havia sido implantada a primeira Casa Familiar da Transamazônica. Francisco, Monitor da Casa Familiar Rural de Medicilândia, que estava acompanhando o trabalho junto às famílias da CFR que fazem parte do projeto, começou a falar sobre seu município:

— Medicilândia, é bastante diferente da região de Pacajá e assim como todos os municípios que estão localizados depois de Altamira, foi ocupado por imigrantes que vieram de várias regiões do Brasil, inclusive do Sul. Medicilândia tem muito paranaense, gaúcho, e a forma deles trabalharem é bem diferente. Lá eles priorizaram as culturas perenes, o café, o cacau, a pimenta do reino. Medicilândia é o maior produtor de Cacau do Estado do Pará.

— E Pacajá, diz Bernadete, já ocupou a posição de maior produtor de arroz do Estado do Pará, acho que tem a ver mesmo com a origem da população. Aqui tem muita gente do Sudeste, Norte de Minas, do Espírito Santo, mas a grande maioria é mesmo do Nordeste, principalmente do Maranhão. Só recentemente os agricultores começaram a trabalhar com lavouras perenes.



Francisco continua falando agora sobre a geografia e administração pública de seu município:

— Medicilândia é um município privilegiado em relação aos seus solos. Ele se localiza numa faixa bastante extensa de terra roxa, e para a cultura do cacau é o tipo de solo mais recomendado e mais produtivo, apesar de muito acidentado. Os dois municípios até que se parecem: quando se fala da administração pública, os dois têm o mesmo aspecto de abandono, tanto na cidade quanto no meio rural, faltando sistema de saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação das ruas, conservação das estradas vicinais.

Eles conversaram longamente sobre o abandono generalizado das cidades e da região da Transamazônica e em seguida sobre o trabalho desenvolvido pelo projeto PDA no município:

— Aqui em Pacajá, os monitores da Casa Familiar Rural em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais ajudam no acompanhamento das atividades do projeto. A agricultura é praticamente o principal assunto deles no município. Agora essa discussão da conservação, da preservação, da educação para o campo, é o grupo que está sempre à frente propondo e fazendo acontecer, informa Bernadete, ressaltando a grande união dos movimentos sociais no município e os benefícios dessa união para a condução das suas ações locais de desenvolvimento.

Francisco, pergunta:

— E você, trabalha com o quê no Projeto, Bernadete?

— Eu entrei no projeto pra aprender a utilizar os produtos da floresta, e dela fazer uma fonte de renda para a minha família.

Nesse instante, seu Zé da Mata e dona Iara, que também vieram de Medicilândia para a oficina de intercâmbio, juntaram-se a Francisco e Bernadete.

Francisco apresenta dona Iara à Bernadete e as duas conversam sobre a oficina de artesanato onde elas confeccionaram esteiras utilizando taboa, uma espécie juta, planta que cresce nas regiões alagadas, e também balainhos feitos com cipó titica. Dona Iara, curiosa que só ela, aproveita para perguntar:

— Francisco, que tipo de escola é essa Casa Familiar Rural que tanto eu ouço falar, e ainda não tive oportunidade de conhecer?

— Dona Iara, a Casa Familiar Rural é um modelo de educação que surgiu na França e os movimentos sociais da região adequaram à nossa realidade para atender à demanda dos nossos agricultores aqui na Transamazônica. Porque aqui além da falta de escolas para os filhos dos agricultores no meio rural, o tipo de formação das escolas tradicionais existentes não atende a nossa necessidade, pois ela não ensina muita coisa que o filho do agricultor precisa para ajudar no dia-a-dia do lote e continuar a ser agricultor.

Zé da Mata, que já estivera na França acompanhando uma comissão de agricultores e sindicalistas do Brasil conhecendo a experiência, explica um pouco sobre a participação da comunidade na definição do conteúdo a ser estudado na CFR, o funcionamento da Alternância que permite o vínculo do jovem com a sua família, com a sua comunidade, a relação entre teoria e prática que permite a construção coletiva do aprendizado, as possibilidades de crescimento individual do jovem que a escola oferece estimulando a inserção do jovem na sociedade, como agricultor administrador do lote junto à família e ainda como técnico estendendo seus conhecimentos até a comunidade em que está inserido.

— Deve ser bom mesmo esse ensino, a gente gasta um pouquinho mais do que com o ensino formal, mas investe numa aprendizagem de resultados com benefícios.

Seu Domingos, explica ainda que o Projeto é tão interessante que já existem 40 associações criadas para discutir a Pedagogia da Alternância (baseada no método do Paulo Freire) no Estado do Pará e, dessas organizações, 11 já conseguiram inaugurar a casa e que o mesmo esta se tornando uma referência de modelo de educação para o meio rural no estado, e está sendo discutida a implantação de uma CFR em cada município da Transamazônica para que esses jovens estudantes que estão recebendo essa capacitação possam contribuir para o fortalecimento da produção familiar dessa região.

— Agora conta aí, Dona Iara, o que a senhora já consegue colher desse projeto PDA lá no lote da senhora? Provoca o monitor

— Meu filho, eu consegui colher bastante coisa. Tirei 20 litros de óleo de copaíba, 8 de andiroba e 150 litros de mel. Este eu vendo, uso em casa, faço pão, faço bolacha... O açaí nativo também eu aproveito muito bem, comprei uma despoldadeira e vendo a polpa na cidade. Agora, imagina você, antes de entrar no projeto eu derrubava o pé de copaíba a machado pra tirar óleo, que prejuízo pra a natureza e pra nós! Agora tenho tudo isso praticamente de graça, apenas com a força do meu trabalho.

O Monitor ressalta o benefício social do projeto, que foi muito bem incorporado pelos agricultores, fazendo com que muita gente priorizasse o consumo dos produtos na alimentação da família e da comunidade, e disse ainda que se o produto é levado para a cidade se consegue um preço melhor. Mas eles dão preferência ao pessoal da comunidade. Seu Zé da Mata, que conhece muitos companheiros em Medicilândia conta:

— Lá em Medicilândia tem alguns agricultores que estão vendendo a castanha por um preço até razoável, e tem um outro também que disse que a reserva dele é muito pobre e que ele só conseguiu extrair o cumaru. A idéia dele é enriquecê-la plantando copaíba e castanheira.

E prossegue falando sobre a importância econômica do projeto contribuindo na renda da família de forma mais contínua, uma vez que na agricultura tradicional normalmente se

tem uma única safra gerando, portanto, uma renda temporária. Ele ressalta a diversificação da produção como forma de eliminar os riscos de oscilações a que está sujeito o agricultor que trabalha a monocultura.

E Zé da Mata, fala sobre a fragilidade do agricultor que mora no lote sem infra-estrutura básica como energia, transporte e estradas, submetendo-o a vender o seu produto bruto ao atravessador, repassando-lhe todo o seu lucro. Este ainda é um grande desafio a ser vencido e depende exclusivamente dos governos:

— Tem um colega que estuda na CFR, ele também está trabalhando com a criação de abelhas. Ele disse que conseguiu produzir o mel, a própolis e até a geléia real, para experimentar. Só o mel ele produz em escala maior para consumo e para comercializar, e ele disse que dá certo, agora é Bernadete que fala da importância da diversificação associada à inovação. A conversa está animada e Dona Iara continua:

— Eu acho bom esses encontros, porque conversamos com tanta gente sobre tanta coisa que acabamos rompendo com um monte de conclusões erradas que a gente tinha na cabeça, como por exemplo: eu achava que geléia real era coisa que a gente teria que ter muita tecnologia para produzir, e pelo que a menina contou, parece que não é difícil.

— Gente, essa troca de experiências é muito importante, hoje fiquei sabendo também que quando a abelha não está produzindo mel, é porque não tem flores que contém néctar, porém podem estar produzindo pólen ou própolis.

Seu Zé da Mata concorda com Dona Iara.

— A senhora sabia que o pólen tem uma composição riquíssima em nutrientes e pode ser utilizado como alimentação alternativa, ajudando no fortalecimento, com efeito semelhante ao da multimistura que a gente tem o costume de usar? Explica o monitor de Medicilândia.



— Verdade companheiro?

— Claro! A outra vantagem é que o senhor pode produzir simultaneamente o mel, a própolis e o pólen, desde que faça o manejo correto para que as abelhas não fiquem sem alimento.

— Eu achei bom trabalhar com as reservas, mas a maioria do pessoal preferiu trabalhar com abelhas, e realmente o resultado das abelhas em termos de renda vem mais rápido e mais fácil. Os produtos da reserva têm ainda o uso muito restrito, exceto aqueles que servem de alimento como o açaí, a castanha e o cupuaçu (polpa). Os óleos, as cascas, são mais difíceis de vender porque são usados em pequenas quantidades. A falta de incentivo público para a comercialização desses produtos, desanima a gente!

— Vocês acham que o projeto mudou alguma coisa em termos de renda da família? Na renda do lote? Como vocês estão sentindo isso? A pergunta é feita pelo monitor que aproveita todos os momentos para dialogar sobre os resultados projeto.

Seu Zé da Mata é o primeiro a dar seu ponto de vista

— Ah! Claro, depois que peguei essa abelha não tive mais dificuldade com dinheiro para passagem. Por exemplo: antes eu tinha que esperar vender um gado ou vender uma produção, e agora com o apiário estamos sempre vendendo um quilo ou dois de mel. Assim temos sempre algum dinheiro para as pequenas despesas. Por isso eu digo que contribui sim pra questão econômica da família.

Dona Iara, que mora a 12 km da Rodovia, também conta como ela sente a importância econômica desse projeto:

— Muitas vezes quando venho pra a cidade saio sem dinheiro, mas trago alguns litros de mel na mão, e antes de chegar na Rodovia Transamazônica acabo vendendo e apuro o

dinheiro da passagem. Assim, se eu não tivesse o mel eu teria que trazer galinha, só que a galinha eu já não consigo vender tão fácil, pois todo mundo tem, e além disso carregar galinha na mão por longas distâncias é sempre mais difícil.

A conversa prosseguiu ainda por muito tempo, eles discutiram a importância do mel na medicina, na alimentação da família, ressaltando que o projeto ajudou a diversificar a dieta alimentar da família melhorando a saúde da população. Ressaltaram também que outro aspecto importante foi o efeito multiplicador que o projeto alcançou devido à distribuição desses produtos na comunidade para serem usados principalmente na medicina preventiva. Para eles o projeto funcionou também como uma farmácia natural comunitária, essa farmácia seria mais completa se tivesse as duas atividades associadas: a apicultura e o uso dos produtos da floresta.



Semestralmente, o coordenador do projeto se reunia com os agricultores para fazer uma avaliação do processo como um todo e redirecionar as ações quando necessário. Após o segundo ano de funcionamento do projeto, a preocupação maior dos agricultores era com a qualidade e beneficiamento dos produtos.

Na reunião em Medicilândia, seu Zé Baiano, que trabalha com o uso dos produtos da floresta, logo observa:

— Os produtos de maior aceitação nas reservas são os óleos, mas o volume absorvido na região é ainda muito pouco. Temos o açaí que tem uma boa saída, só que ele tem que ser vendido no caroço. Se a gente conseguisse vender a polpa, a renda seria bem maior, mas na minha vicinal não tem energia e eu não tenho como fazer funcionar uma despoldadeira.

Dona Iara, que tem uma expressiva produção de mel, se preocupa:

— No futuro, quando tiver uma produção maior de mel, teremos que mudar a forma de comercialização e procurar produzir outros produtos também como o pólen. Temos que procurar outros mercados.

O coordenador do Projeto concorda com as observações e explica:

— Hoje, toda a produção, com exceção do que está sendo consumido pelas famílias, está sendo comercializada no local de forma que esse sistema de comercialização individual ainda é melhor, estando assim distribuídos nos pontos de venda em todo o município. No entanto, com o aumento da produção, suponho que triplicando a produção atual, aí a produção vai exceder o consumo, e vamos precisar exportar para outros municípios. Neste caso vamos precisar mudar essa forma de comercializar e também certificar os nossos produtos.

Seu Domingos acrescenta:

— Vamos ter a casa do mel em Medicilândia, mas se quisermos que essa coisa avance vamos precisar nos organizar melhor, potencializar os conhecimentos que adquirimos e aumentar a nossa produtividade, melhorar o manejo, por exemplo, fazer uma coberturinha sobre as nossas colméias para protegê-las, implantar os campos apícolas onde a florada é fraca, enfim, ampliar a nossa produção.

Seu Domingos ainda reforçou o impacto do projeto na região, pois hoje serve de base para outras iniciativas tanto no manejo de produtos florestais não madeireiros quanto na atividade apícola. Durante a reunião, os agricultores também falaram um pouco sobre as dificuldades encontradas:

— No início as coisas são um pouco difíceis, aquela história de demarcar as reservas, estabelecer as parcelas, identificar e localizar as espécies, dá um trabalho! Comenta seu Zé Baiano.

E Laurene, engenheira florestal, que acompanhou esse trabalho pergunta:

— Seu Zé Baiano, o senhor não acha que valeu a pena todo o trabalho realizado?

— Ah sim, Dona Laurene. Diz Zé Baiano.

— Graças a este trabalho, hoje sou capaz de dizer quando vale a minha reserva, porque agora sei reconhecer as espécies e calcular o seu valor.

Os apicultores citam ainda as dificuldades administrativas do projeto, como a aquisição de novos materiais: a cera alveolada, luvas, macacão, fumegador, caixas, caixilhos, que não se encontram na região, mas que precisam ser substituídos de vez em quando. Estes materiais tem que ser trazidos de Belém e daí muita gente não consegue adquirir. Até então tem sido o coordenador do projeto que se responsabiliza por fazer a compra e a entrega desse material ao apicultor, mas eles se preocupam com o período após o término do projeto. Diante disso o Coordenador apresenta uma saída:

— A casa do mel pode trabalhar para atender essa demanda dos apicultores, pois se dependermos das lojas de material agropecuário, podemos ter problemas, desde a falta desses materiais que são essenciais para manter a nossa atividade até a venda superfaturada desses produtos aumentando o custo de produção, ou até inviabilizando a atividade.

Seu Domingos também propõe avanços:

— Eu acho que a gente “peca” em algumas coisas, sabe por quê? Todo mundo avalia que o projeto ajudou, mas ninguém sabe o quanto. Ninguém tirou um tempinho para fazer essas anotações ali num caderninho, no 1º ano, quantos dias de trabalho, o que comprou de material, quanto de cera alveolada foi repostado nas caixas, quanto produziu, quanto vendeu e em que investiu o dinheiro.

Todos ali concordaram com seu Domingos, pois a sua sugestão era importantíssima, era necessário mais controle sobre os investimentos e os ganhos com a produção. O coordenador do projeto chama também os agricultores para uma discussão sobre a importância ambiental do projeto.

— Com essa história de valorização dos produtos da floresta, com a apicultura, vocês estão sentindo que as reservas legais estão sendo mais preservadas?

— Ah! Meu filho, isso é claro! Essas discussões que vem sendo feitas estão aumentando o conhecimento do povo e estimulando para preservação da natureza. E agora com essa necessidade de deixar a mata para florescer e fornecer o alimento para as abelhas, e com a idéia de estar todo tempo ali colhendo óleo da andiroba pra vender, ou também fazendo os nossos remédios em casa, a gente acaba até plantando mais árvores.

— No meu lote tem um baixão que só tinha água no inverno, e depois que comecei a cuidar de uma moita de açaí e buriti que tem na sua nascente, a água corre o tempo todo. A mata do lote contribui para a conservação e preservação dos rios. Fala seu Zé Baiano já saindo do aspecto da conservação das florestas e falando na conservação dos recursos hídricos.

O coordenador complementa a explicação do seu Zé.

— Destruindo a mata você expõe o rio à evaporação, à erosão e ao assoreamento, prejudicando principalmente as comunidades que estão abaixo. A água é um recurso natural essencial pra gente sobreviver.

Zé Baiano e Zé da Mata comentam ainda sobre os cultivos de feijão abafado e de melancia nos baixões, que contribuem para a destruição da vegetação ciliar, cuja preservação é assegurada por lei mas que por falta de informação, fiscalização, e com certeza de uma assistência técnica na propriedade, se tornou prática corriqueira na Amazônia.

— Agora a gente já fala para eles que quando forem derrubar devem deixar uma distancia de um lado e do outro do rio, mas nem sempre adianta.

É seu Zé Baiano novamente com ares de preocupado:

— Eles não entendem o perigo que estamos correndo, porque não vão atrás de informações.

Os agricultores falaram também dos pecuaristas que vendem para os madeireiros a madeira nobre que tem na mata, derrubam todo o resto, botam fogo para fazer a limpeza da área e posterior formação de pastagens:

— Eu acho muito importante o trabalho nas reservas, inclusive eu fui visitar o trabalho do meu vizinho que faz parte do projeto, eles pararam de queimar e selecionam as árvores de interesse que vão rebrotando ou nascendo nas lavouras. Ele participa do projeto Roça Sem Queimar. Ele me disse que admira o trabalho com as abelhas porque é uma atividade ecológica. Outra coisa que ele valoriza muito é o Método Bioenergético.

O Roça Sem Queimar é um projeto que nasceu de uma experiência realizada por um Técnico em Agropecuária, Agricultor de Medicilândia. Ele usou essa técnica de preparo do solo em seu lote e uma vez conversando com os seus amigos sobre os prejuízos do uso do fogo, ele contou a sua experiência. A partir dessa reflexão sobre a importância ambiental dessa prática para a região, surgiu então a idéia fazer a experiência de forma monitorada. Mais tarde os resultados incentivaram a construção de um projeto que foi implantado em 11 municípios, beneficiando 150 famílias com projetos individuais e 11 STR com projetos coletivos de implantação de lavouras sem usar o fogo no preparo da área.

Como nem todos os agricultores conheciam o método bioenergético, surgiram muitas perguntas a respeito e o coordenador explicou:

— O método bioenergético é uma alternativa de medicina que examina e trata as pessoas tendo como base a energia do paciente, a energia do examinador e a energia das plantas a serem usadas no tratamento. A medicação é feita usando remédios naturais cuja matéria prima é o mel, a própolis, as plantas e uma dieta alimentar baseada em alimentos naturais.

O trabalho é realizado em todos os municípios da região por iniciativa das Pastorais da Saúde e da Criança. Dona Iara também ajudou a explicar e afirmou que o método funciona mesmo e que muitas pessoas se curaram de doenças graves comprovadamente em estágio avançado, utilizando esse método.

Era mais uma conquista do movimento social para o fortalecimento de um desenvolvimento justo e sustentável na Amazônia. As famílias envolvidas no projeto compreenderam a importância da preservação da floresta nas suas áreas de reserva legal, um passo significativo para o combate à depredação da natureza ao uso do fogo. Para uma parte da sociedade a valorização da floresta passou a ser vista como fonte de economia, saúde e vida para todos os homens, mulheres, jovens, crianças e demais seres vivos do planeta. Uma das maiores contribuições do PDA foi a construção de um debate sólido sobre o modelo de desenvolvimento para a região, tendo a agricultura familiar como foco, aliada ao uso sustentável dos recursos naturais. Muitas mudanças foram provocadas por esse debate na região, dentre elas a criação de unidades de conservação, à criação do Fundo Dema, além da proposição de um reordenamento fundiário em que o uso dos recursos naturais fosse discutido por todos.







FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

Rua Anchieta, No 2091, Bairro Perpétuo Socorro
CEP: 68371-190 Altamira - PA

Tel: (93) 3515-2406
Fax: (93) 3515-2406

Coordenação Geral
Luzia Aparecida Pinheiro
fvpp@amazoncoop.com.br

PDA - Projetos Demonstrativos

W3 Sul, Qd. 514, Bl. B, Lj. 69,
2º andar, s/ 203
Brasília - DF
CEP: 70380-515

Telefone: 61 4009-9265
Fax: 61 4009-9271
www.mma.gov.br



Ministério do
Meio Ambiente



Apoio:

